ANO 18 - Nº 42 - JULHO 2018

REVISTA DA

astec

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

ISSN 2317-6407

IMPRESSO

A **realidade** sobre as **finanças** de Porto Alegre

página 6

Entrevista | página 10
"Chamam de rombo, mas é dívida"
Edmilson Todeschini

Saúde | página 14
O servidor público: entre a espada e a extinção
Rosângela Lizardo

Confira os benefícios para associados da Astec

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL
(51) 3217.2921
Isenção da taxa e adesão de R$ 3.811,00
e uso das dependências, via contrato.

ASSESSORIA JURÍDICA MÁRCIO PAIXÃO & ADRIANO BELTRÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3013.5855
Âmbito consultivo e contencioso com
a primeira consulta gratuita.

BRASAS IDIOMAS
(51) 3028.1616
20% desconto sobre o valor total das
mensalidades para turmas regulares.

CABURÉ SEGUROS
(51) 2111.5300
Consulte a seguradora para maiores informações.

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO
(51) 3217.2921
Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.

CIA DOS ÓCULOS
(51) 3024.0852 / 3019.0852 / 3062.0852
15% desconto em pagamentos à vista
e 10% em pagamentos a prazo, em até 10x.

CONDOTTA ASSESSORIA EMPRESARIAL & ADM. DE CONDOMÍNIOS
(51) 3241.0004
Descontos especiais.

EDUCON - CENTRO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA PUCRS
(51) 3320.3727
Valores diferenciados nos cursos de MBA, Especialização
e Extensão.

ESTÁCIO/FARGS
(51) 3214.1111 / 3341.2512
Bolsas para graduação, pós *lato sensu* e ensino a distância.

EVOLUTION - INSTITUTO DO ESPORTE E SAÚDE
(51) 2103.4630
30% de desconto em fisioterapia e 25% na academia.

FISIOLIFE
(51) 3312.2638
Fisioterapia traumato-ortopédica e remautologia
com 25% de desconto para avaliação e sessão.

JANAÍNA PINTO GOULART – PSICÓLOGA
(51) 992.565.034
Desconto de 40% na avaliação e orientação vocacional
e de 50% no atendimento de psicoterapia.

JULIANA CENTERCLIN
(51) 3013.6339
Massoterapia, fisioterapia, pilates e ofurô.
Consulte tabela de valores.

JÚLIA CASTILHOS FLORES CRUZ
(51) 991.416.938
50% de desconto na primeira consulta
e 30% nas demais consultas.

PSICÓLOGAS
MARA UNGARETTI (51) 999.626.710
RITA BUONO (51) 999.776.063
50% de desconto na primeira consulta
e 25% nas demais consultas.

MAXXI ODONTO
(51) 3216.3216
Serviços odontológicos mediante
negociação direta com a clínica.

MINDS ENGLISH SCHOOL
(51) 3425.7800
Desconto de 40% no valor total do curso.

MOTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3224.2454 / 3012.2434
Desconto de 40% sobre a tabela da OAB/RS nas áreas de
família, sucessão e previdenciário (privado e municipal).

ROTA CULTURAL
(51) 3348.1649
Turismo Cultural, Rural & Ecológico.

SANTANA DE ABREU & LUBIANCA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3019.5909 / 3321.1532
Consultoria e contecioso nas áreas de direito administrativo,
previdenciário, trabalho, tributário, civil e comercial.

SEGURO JURÍDICO – DIREITO SOCIAL
(51) 3217.2921
Um novo conceito. Todas as áreas do Direito, exceto criminal.
Preços especiais para associados Astec.

SOGIPA
(51) 3325.7327
2 meses de musculação gratuita e desconto
10% na mensalidade do plano contratado.

STB – STUDENT TRAVEL BUREAU
(51) 4001.3000
Desconto de 10% a 25% na assessoria ao
intercâmbio, carteira mundial e assistência saúde.

UNIMED
(51) 3217.2921
Planos empresarias com mensalidades diferenciadas.

CLÁUDIO ROBERTO TURISMO
Atendimento personalizado e descontos especiais para associados da Astec para viagens com as agências: **Rota Cultural, Moratti Turismo** e **Viajando com Tânia**. Organizamos viagens personalizadas. Solicite assessoria para montar o seu roteiro. Confira as opções oferecidas: **claudiorobertoturismo.blogspot.com.br** ou pelo celular (51) 996.393.265 – com Cláudio Roberto.

MAIS DETALHES SOBRE OS CONVÊNIOS

Secretaria da Astec (51) 3217-2921 | www.astecpmpa.com.br | atendimento@astecpmpa.com.br

Continuar lutando é a nossa missão!

Mais um semestre decorreu, pleno de ataques do prefeito Marchezan aos servidores de Porto Alegre. A nossa Astec, que sempre esteve na luta por melhoria nas condições de trabalho, agora dispende uma energia maior, ao lado das demais entidades, para evitar perdas na remuneração dos municipários. Nenhum prefeito em toda a nossa história tentou prejudicar tanto os servidores. Nenhum prefeito em toda a nossa história negou-se a dialogar com seus servidores como este.

Até o fechamento desta edição, os municipários contabilizaram algumas vitórias na Câmara Municipal e na Justiça, como a acachapante **derrota de Marchezan no PL 8/2018**, que buscava destruir a carreira dos servidores – mas, até o final do mandato enfrentaremos ainda várias batalhas, vários riscos.

Após a derrota na Câmara, talvez como pretensa represália, já o prefeito anunciou o atraso de nossos salários a partir do final de julho. Enquanto isto a cidade sofre com a péssima gestão: transporte caro, de má qualidade, ruas esburacadas, praças e ruas sem capina, esgoto que não funciona, burocracia que atrasa a vida do cidadão e dos empreendedores, retrato de uma administração incompetente que gere mal os recursos e despreza seus servidores.

A reforma administrativa aprovada pela Lei nº 810/2017, até agora não totalmente implantada, na prática apenas desorganizou órgãos que estavam em funcionamento, com relotação de servidores, mudanças para locais de trabalho inadequados, improvisação de novas rotinas, tudo feito atabalhoadamente, sem planejamento, causando mais problemas aos servidores e à população

Nós, técnicos de nível superior da Prefeitura, precisamos continuar tentando manter a máquina pública em funcionamento. Apesar de todas as falhas desse prefeito, precisamos entregar ao próximo uma máquina que ainda funcione, fazer Porto Alegre sobreviver a Marchezan.

Aqui na Astec entre reuniões, manifestações, participação em assembleias, celebramos novos convênios, como o Seguro Jurídico, tão necessário nestes tempos. Homenageamos as colegas no Mês da Mulher, realizamos com sucesso o 6º Almoço dos Aposentados e, como resultado de ação impetrada pela gestão anterior, vencida pela Astec neste ano, **devolvemos aos associados que possuíam convênio Unimed** no período de abril de 2011 a outubro de 2015, **um total de R$ 81.614,15**. Ao longo do semestre, publicamos manifestos em jornais, em conjunto com outras entidades de municipários; estivemos na Tribuna Popular da Câmara de Vereadores; utilizamos espaços do leitor em jornais para contestar afirmações falsas do governo municipal; denunciamos ao Ministério Público a nomeação de CC em cargo extinto; atuamos na Frente Parlamentar em defesa do DMAE público; participamos de reuniões no HPS, na SMAMs, na SMDE, no DMAE e também na RBS, discutindo e esclarecendo sobre os PLs que retiram nossos direitos. No Simpa integramos o Fórum de Entidades, somando as forças das associações e de sindicatos das diversas profissões na resistência aos ataques de Marchezan.

Administramos a Astec sem reajustar as mensalidades, visto que os municipários não tiveram reposições da inflação durante o governo Marchezan, mas, ainda assim, conseguimos manter a saúde financeira da entidade.

Estamos iniciando também uma ação social, em benefício do **Educandário São João Batista**, integrando-nos ao **programa Tampinha Legal**. Estão sendo distribuídas embalagens para receber tampas plásticas e lacres de latinhas, que serão entregues ao Educandário para ajudar nas suas atividades assistenciais. Esperamos a adesão de todos os colegas. Solicitem embalagens de coleta e, sempre que a embalagem estiver cheia, basta ligar para a Astec que nos encarregaremos de fazer chegar ao Educandário.

Este ano ainda teremos, em outubro, a nossa tradicional festa de aniversário, momento de confraternização em meio às batalhas do dia a dia e as **eleições para Diretoria Executiva e Conselho**, referentes ao biênio 2019-2020.

Precisamos da tua ajuda, colega, participando de nossos eventos e trazendo novos sócios, fortalecendo nossa associação. Trazendo mais associados, tu nos ajudarás a sermos mais fortes no enfrentamento àqueles que querem destruir nossa carreira.

Partimos para o segundo semestre com a esperança de vitórias e garra para continuar lutando por nossos direitos e por melhores condições de trabalho para os municipários.

Afinal, esta é a nossa missão!

Eng. Civil Sérgio Luiz Brum
Presidente da Astec

SUMÁRIO

05 NA MÍDIA

06 OPINIÃO A REALIDADE SOBRE AS FINANÇAS DE PORTO ALEGRE

10 ENTREVISTA EDMILSON TODESCHINI

14 SAÚDE O SERVIDOR PÚBLICO: ENTRE A ESPADA E A EXTINÇÃO

16 5ª EXPOTEC – TRABALHOS

- **16** CONTROLE DE EFETIVIDADE ELETRÔNICO
- **18** LIVRO ANDARILHO
- **20** COINFECÇÃO HIV/SÍFILIS NA GESTAÇÃO E TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV
- **22** ARBORIZAÇÃO URBANA
- **24** AMBIÊNCIA EXTERNA EM SAÚDE

26 CULTURA

27 NOTÍCIAS

36 TURISMO

37 HOBBY

38 GASTRONOMIA

Participe *da nossa revista!*

Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec ***www.astecpmpa.com.br***

Revista da Astec v. 18 n. 42, julho de 2018 – ISSN 2317-6407
Publicação semestral da **ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (ASTEC)** - Fundada em 08 de junho de 1994

Rua Barão do Triunfo, 419/304
Bairro Menino Deus, Porto Alegre, RS, Brasil
(51) 3217-2921
atendimento@astecpmpa.com.br
www.astec.pmpa.com.br
www.facebook.com/astecpmpa

MISSÃO: Buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre. **VISÃO**: Ser referência como entidade associativa eficaz na defesa dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. **VALORES**: Ética, credibilidade e transparência / Dedicação, responsabilidade e organização / Comprometimento, conhecimento e cordialidade / Respeito nas relações das diversas áreas profissionais.

GESTÃO 2017/2018
Presidente: Eng. Civil Sérgio Brum **Vice-Presidente**: Enf. Lurdes Tura **Diretor Administrativo e de Relações Trabalhistas e Sindicais**: Adm. Raul Giacobone **Diretor Financeiro**: Eng. Agron. Irineu Foschiera **Diretora Cultural**: Eng. Civil Sandra Laufer **Diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas**: Eng. Civil Adinaldo de Fraga **Comissão de Cultura**: Enf. Lurdes Tura, Eng. Agron. Irineu Foschiera, Eng. Civil Adinaldo de Fraga, Bibl. Carmem von Hoonholtz

CONSELHO DELIBERATIVO Presidente Téc. Com.Soc. Adroaldo Corrêa (Previmpa I) **Vice-Presidente** Enf. Patrícia Wiederkher (SMS) **FASC** Eng. Ênio Coelho **PGM** Arq. Maria Erni Marques **Previmpa I** Adm. Herni Michel, Adm. Liege Mentz, Arquiv. Aires Oléas, Eng. Civil João Pedro Nunes, Eng. Civil Maércio Cruz **Previmpa A + GP + GCS** Atu. Dalvin de Souza, Adm. Miguel Kühn **SMA** Adm. Marcio Vedana, Psic. Suzana Coelho **SMAMS** Geóg. Carlos Aigner, Eng. Quím. Déri Calvete **SMC+SME** Arquiv. Gabriel Ferreira **SMF** Adm. Pedro Aurélio Heffner **SMED** Prof. Carmen Padilha

CONSELHO FISCAL Presidente Econ. Rogério de Oliveira (Previmpa A), EEcon. Rogério de Oliveira (Previmpa A), Adm. Jardel Cunha (SMF)

COMISSÃO EDITORIAL Presidente Eng. civil Sérgio Brum **Diretora Cultural** Eng. Civil Sandra Laufer **Sócia convidada (normatização)** Bibl. Carmem von Hoonholtz **Redação** jorn. responsável Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTb/RS 5534)

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO – Bibliotecária responsável Eliete Mari Doncato Brasil CRB 10/1184
Conforme a Resolução Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184/2017

R454 Revista da Astec.-- Vol. 6, n. 25 (maio 2009)- . -- Porto Alegre, RS: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2018.
Semestral.
Continuação a partir de 2009 de: Jornal Astec.
ISSN 2317-6407
Disponível na versão online.

1. Gestão pública municipal – Periódicos 2. Notícias – Porto Alegre 2. Trabalhos científicos – Porto Alegre. 3. Trabalhos técnicos – Porto Alegre. I. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CDU 352(816.51)(05)

Indexada no Sistema Pergamum – Catálogo Bibliográfico Online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponível em http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec**:** www.astecpmpa.com.br
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que seja citada a fonte.

Distribuição gratuita com circulação dirigida
Tiragem: 1.300 exemplares
Impressão: Gráfica Comunicação Impressa

Projeto, arte e edição: Stampa Comunicação Corporativa
www.stampacom.com.br • stampa@stampacom.com.br
(51) 3023.4866 • (51) 9.8184.8199
Foto de capa: Ricardo Giusti/PMPA
Banco de imagens: Fotolia, Shutterstock, Pexels e Visualhunt
Humor (pág. 29): Arq. Roberto Ferreira de Freitas

Apedido Dedicação Exclusiva

O *Jornal do Comércio*, do dia 23 de janeiro, traz apedido, na página 9, assinado pela Astec e Asta, repudiando veementemente os ataques do prefeito Nelson Marchezan ao regime de dedicação exclusiva dos servidores.

Apedido

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Garantia de qualidade na Prefeitura de Porto Alegre

O regime de dedicação exclusiva (RDE) dos técnicos de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre, criado na década de 70, era inicialmente destinado aos detentores dos cargos de supervisor, diretor e assessor que, pela natureza das responsabilidades assumidas, deveriam dedicar-se exclusivamente ao serviço público municipal.

Mais tarde, constatando-se incompatibilidade da atuação dos técnicos de nível superior na defesa simultânea de interesses públicos e privados, este regime foi estendido a todos os servidores dessa categoria.

O técnico de nível superior, não estando no regime de dedicação exclusiva, pode, fora do seu horário de trabalho, dedicar-se à elaboração de projetos, consultorias, laudos e toda a gama de atribuições profissionais ligadas à sua formação, usando seus conhecimentos científicos e da legislação municipal para defender interesses privados. Por outro lado, no seu horário de trabalho, estará julgando as demandas do setor privado, o que, convenhamos, configura uma prática imoral e antiética.

É importante notar que o técnico de nível superior convocado para o regime de dedicação exclusiva tem a oportunidade de utilizar o tempo disponível fora do expediente para se aperfeiçoar, adquirindo os conhecimentos necessários à defesa do interesse público.

A impossibilidade de retirar a convocação após dois anos garante ao técnico de nível superior a segurança necessária para abandonar qualquer atuação no mercado.

Sem a dedicação exclusiva, o técnico de nível superior do município é induzido a dedicar-se a outros trabalhos, especializar-se em área diversa daquela em que atua na prefeitura, buscando mercado no setor privado como forma de complementar o salário.

A intenção do prefeito de confirmar a convocação para o regime de dedicação exclusiva a cada dois anos e a prática já implementada de tirar desse regime aqueles que têm tempo de convocação inferior, sem nenhum critério, constitui-se em iniciativa que irá contribuir para a desqualificação do quadro e imposição de decisões políticas sem considerar análises embasadas na ciência e na técnica.

A ASTEC e a ASTA repudiam veementemente essa pretensão do prefeito de Porto Alegre, pois entendem que se trata de medida que virá em prejuízo dos serviços municipais e dos técnicos de nível superior do Município.

Condições de trabalho

A reunião das entidades de técnicos de nível superior com representantes do Grupo RBS, em 20 de julho, chamou a atenção dos jornalistas presentes ao encontro para as condições precárias em que os municipários realizam o trabalho diário. Sob o título Ergonomia, o *Jornal Zero Hora* do dia 21 de julho, traz, na página 5, seção Informe Especial, um alerta sobre as condições do chamado prédio da SMOV, localizado na Av. Borges de Medeiros, 2244, onde o atual governo realocou a SMAMS.

Prédio da SMOV: condições precárias

Presidente da Astec desmente Marchezan sobre saúde financeira do Previmpa

O *Jornal do Comércio,* de 3 de maio, traz, na seção Frases, página 2, as contraposições do presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, ao prefeito Nelson Marchezan Jr., demonstrando que "O discurso de déficit previdenciário na prefeitura é um recurso para legitimar a privatização e o desmonte dos serviços públicos."

FRASES

"Com a alíquota previdenciária passando de 11% para 14% haverá redução do déficit previdenciário. Gerará uma estimativa de redução em R$ 30 milhões ao ano. Os repasses ao Previmpa custam ao Tesouro Municipal R$ 2.974.749.319,46, sendo R$ 992.579.605,98 referentes à obrigatória contribuição patronal e R$ 1.982.169.713,48, sempre correspondente ao déficit previdenciário." Nelson Marchezan Júnior (PSDB), prefeito de Porto Alegre.

"É uma situação cada vez mais preocupante na medida em que parte considerável dos servidores efetivos ativos está próxima da aposentadoria." Também Nelson Marchezan Júnior.

"O discurso de déficit previdenciário na prefeitura é um recurso para legitimar a privatização e o desmonte dos serviços públicos. As despesas tiveram redução de cerca de R$ 101 milhões, sendo que o ano de 2017 apresentou superávit de aproximadamente R$ 495 milhões." Sérgio Brum, da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre e do Sindicato dos Engenheiros/RS.

"A despesa com pessoal ficou abaixo de 54%, consequentemente, dentro do limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, longe da catástrofe propagada pelo prefeito Marchezan." Também Sérgio Brum.

"Reafirmo o compromisso do governo em resolver a questão da reforma trabalhista. O governo ainda está analisando se a solução virá por decreto, medida provisória ou portaria." Romero Jucá (PMDB), senador, líder do governo.

"Os bons resultados do Bradesco só foram possíveis por que ocorreu um ajuste muito profundo com redução de despesas, o crédito melhorou e a inadimplência diminuiu. Todas as áreas do banco fizeram a lição de casa." Octavio de Lazari Junior, presidente do Bradesco.

"Alguns setores da economia, como o imobiliário, já começam a dar sinais de recuperação. Nos últimos três meses batemos recordes consecutivos de desembolso de crédito imobiliário." Também Octavio de Lazari Junior.

Coluna do leitor

SOBRE ZH

FINANÇAS DE PORTO ALEGRE

A respeito do artigo do secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto (*ZH*, 27/6), considero um absurdo ele querer contabilizar despesas da Carris, EPTC, Procempa e Inesf como despesas com pessoal da prefeitura. Não são servidores, são empregados regidos pela CLT em empresas com receitas próprias. Também as despesas com serviços terceirizados não são despesas com pessoal. Daqui a pouco, ele vai querer arrolar as despesas das empreiteiras da orla do Guaíba como despesas com pessoal. Demonstra desconhecimento da realidade das contas públicas. Talvez seja esse desconhecimento a razão de o governo entender a existência da crise nas finanças. Talvez, se o secretário utilizasse o conhecimento dos técnicos de nível superior da prefeitura, pudesse ter uma visão mais adequada da realidade.

GAUCHAZH

leia o artigo em bit.ly/

SÉRGIO LUIZ BRUM

Presidente da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

A Coluna do Leitor do *Jornal Zero Hora*, de 29 de junho, publicou nota da Astec, assinada pelo presidente, eng. civil Sérgio Brum, a respeito das posições veiculadas no artigo do secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, publicado em ZH, de 27 de junho.

A realidade sobre as finanças de Porto Alegre

OPINIÃO

A Astec integra um conjunto de entidades que têm se manifestado publicamente quanto ao desequilíbrio da cobertura do Grupo RBS sobre as medidas do governo Marchezan. Recentemente, foram pelo menos três artigos de opinião de integrantes do governo e um editorial, em defesa do "pacote de projetos do prefeito Nelson Marchezan" que "retiram benefícios dos servidores". Em vista disso, Astec, Asta, Saergs, Senge, Sergs e Sindisaude encaminharam carta ao CEO de mídias da empresa jornalística, Cláudio Toigo, solicitando uma reunião para conhecer as diretrizes da RBS com vistas à cobertura da discussão sobre o futuro da cidade, condizente com os princípios democráticos e republicanos da transparência, da pluralidade e da isenção. A reunião solicitada aconteceu em 19 de julho (saiba mais na seção de notícias). A Astec também publicou editorial sobre o assunto, em sua página da internet. Acompanhe a seguir.

DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de divulgação do Município - Ano XXIII - Edição 5771 - Quarta-feira, 13 de junho de 2018
Divulgação: Quarta-feira, 13 de junho de 2018 **Publicação:** Quinta-feira, 14 de junho de 2018

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através do Gabinete do Prefeito.
CONTRATADA: RBS Participações S.A., CNPJ: 68.737.857/0001-22
OBJETO: Prestação de serviço de veiculação de campanha informativa sobre ações da SMS na RBS TV.
VALOR: R$ 2.827.500,00
BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei Federal 8666/93.
PROCESSO 18.0.000046700-2

13/06/2018 - DIÁRIO OFICIAL GOVERNO MARCHEZAN PAGA R$ 2.827.500 PARA O GRUPO RBS

17/06/2018 - FANTÁSTICO GRUPO RBS PASSA PROPAGANDA DO GOVERNO MARCHEZAN

OPINIÃO DA RBS

UM PACOTE EM FAVOR DA CAPITAL

A prefeitura de Porto Alegre não tem como enfrentar as atuais dificuldades financeiras sem impor limites às despesas e sem revisar padrões gerenciais totalmente anacrônicos

O pacote propondo mudanças profundas na gestão municipal de Porto Alegre, agora em debate pelos vereadores para ser votado em regime de urgência, é uma oportunidade de a Capital se reorientar, finalmente, para interesses dos munícipes. Desequilíbrios crônicos nas finanças municipais, acentuados nos últimos anos, têm dificultado ou até mesmo impedido o cumprimento de demandas essenciais, como o turismo.

Ao mesmo tempo que precisa contemplar novas demandas dos contribuintes, o município não

19/06/2018 - ZERO HORA O GRUPO QUE RECEBEU R$ 2.827.500 PUBLICA EDITORIAL APOIANDO O GOVERNO MARCHEZAN

Do interesse de quais munícipes?

"...em uma sociedade midiática e mediada, de massas, a imprensa não representa a realidade, ela institui uma nova realidade a partir de tal representação. O debate político na democracia representativa se dá sobretudo na mídia e não existe sem ela. Mais do que arena desse debate, ela imprime seus próprios valores, pontos de vista, determinando assim, de modo ativo, o desenrolar dos acontecimentos e o rumo das decisões na sociedade. A mídia é um poder que influencia de modo determinante os rumos da sociedade sem ter sido eleita para tal, nem regulamentada como tal, ainda que responda a interesses específicos que jamais se autorregulamentarão de modo equilibrado em relação aos demais interesses sociais." [1]

A Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec) vem a público se posicionar contra o teor do editorial publicado na edição de 19 de junho do *jornal Zero Hora*, sob o título Um pacote em favor da Capital. Há muito, pesquisadores da área da Comunicação têm demonstrado que não existe isenção em jornalismo. Contudo, o bom trabalho jornalístico segue sendo reconhecido por apresentar, com responsabilidade, informações consistentes e deixar claro em nome de quem está falando.

No texto em questão, ZH diz que o pacote de projetos de lei (PLs) do prefeito Marchezan que tramita na Câmara Municipal "é uma oportunidade de a Capital se reorientar, finalmente, para interesses dos munícipes". Não é verdade! Não é verdade e isso fica claro, por exemplo, quando o texto silencia sobre o próprio Balanço Orçamentário 2017 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), que demonstra que existe superávit no caixa da PMPA, informações corroboradas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e pelo DIEESE.

A existência de superávit no caixa da prefeitura torna os PLs do governo desnecessários, uma vez que essa se encontra em condições de cumprir com serviços de manutenção da cidade, bem como de repor as perdas salariais dos servidores. Os números demonstram isso. No entanto, a Administração Marchezan fez a opção política de manter os vencimentos congelados pelos últimos dois anos, bem como escolheu parcelar salários e causar prejuízos ao município assumindo juros de um empréstimo desnecessário para pagar o 13º salário do funcionalismo que está na ponta, atuando junto à população nos postos de saúde, nas escolas, no licenciamento ambiental seguro, e em todas as frentes pelas quais a prefeitura precisa responder para assegurar qualidade de vida aos porto-alegrenses. Em vez disso, o prefeito Marchezan escolheu tratar a cidade com descaso, deixando-a sem manutenção e seus servidores sob arrocho salarial, com suas remunerações corroídas pela inflação não corrigida nos vencimentos.

Esses movimentos do governo indicam que o descaso é proposital, pois, alimentam a tese do "quanto pior, melhor" e o discurso privatista que defende a entrega do patrimônio do serviço público ao mercado, às empresas que visam lucro e passam longe de priorizar o interesse dos munícipes.

O texto do editorial de ZH não menciona nada disso. Também não menciona o reduzido índice de endividamento (24,3%), bem inferior ao determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e não menciona, ainda, que há fatos que põem em dúvida a intenção do texto do referido editorial:

- **14 de junho**: O Diário Oficial de Porto Alegre publica a contratação do Grupo RBS para divulgação de campanha publicitária sobre ações da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, na RBS TV, pelo montante de R$ 2.827.500;
- **17 de junho**: No intervalo do programa Fantástico, a RBS TV transmite a propaganda do governo Marchezan;
- **19 de junho**: O *jornal Zero Hora* publica o editorial que aqui contestamos.
- **19 de julho**: O Grupo RBS recebe representantes das entidades de servidores (veja na seção de notícias).

Sem alongar mais esta exposição, a Astec reitera que discorda das afirmações do texto do editorial, perguntando ao Grupo RBS por que não menciona o Balanço Orçamentário 2017 da PMPA? Em nome de quais munícipes dá eco ao discurso de economia caótica repetido reiteradamente pelo prefeito Marchezan? Por que não menciona a necessidade de que a prefeitura cobre os seus devedores? Por que não alude aos prejuízos causados pela gestão que aluga desnecessariamente espaço em um prédio no centro da cidade, por R$ 3,5 milhões de reais? Quais os reais objetivos do que está dito e, principalmente, do que não está dito no texto do editorial de ZH?

---

[1] PARANÁ, Edemilson. **Jornalismo e política – o falso mito da isenção**. [S.l.], 20 jan. 2011. Disponível em: https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2011/01/20/jornalismo-e-politica-o-falso-mito-da-isencao. Acesso em: 20 jun. 2018. Blog: Grupo Brasil e Desenvolvimento – B&D.

Documento elaborado pela ASEAD e Resistência Municipária mostra que o caos nas finanças da Prefeitura não passa de discurso do Governo Marchezan.

Confira abaixo a íntegra do estudo.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE TEM SUPERÁVIT

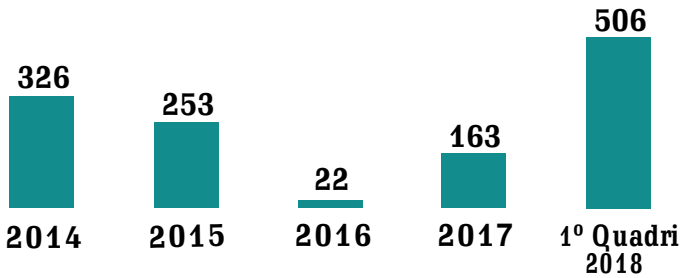
O prefeito Marchezan Júnior adotou o discurso do colapso financeiro da Prefeitura de Porto Alegre para legitimar a agenda de austeridade que acarreta mais recessão, mais desemprego, retrocessos em programas sociais e desmonte dos serviços públicos da cidade.

O discurso da crise contrasta com a verdadeira situação das finanças municipais exposta nos relatórios oficiais:

1. no balanço de 2017, relativo ao 1º ano do governo Marchezan Júnior, a PMPA terminou com um superávit de R$ 163 milhões; e,

2. no primeiro quadrimestre de 2018, o superávit da Prefeitura atingiu R$ 506 milhões.

Superávits da PMPA [em R$ milhões]



Fonte: PMPA-Balanço orçamentário, Anexo 1

APESAR DO SUPERÁVIT, GOVERNO FEZ EMPRÉSTIMO PARA PAGAR O 13º

Apesar de terminar 2017 com **R$ 163 milhões**, o governo fez empréstimo bancário para pagar a folha do 13º salário, de **R$ 138 milhões**. Ou seja, mesmo se tivesse pago integralmente o 13º salário com a disponibilidade existente, a Prefeitura ainda teria um superávit de **R$ 25 milhões**.

O erário público foi lesado com esta gestão temerária que causou um custo financeiro desnecessário superior a R$ 12 milhões para o pagamento de juros mensais de 1,42%, fato que sujeita o Prefeito Marchezan e a autoridade fazendária ao enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa.

MESMO COM DINHEIRO EM CAIXA, GOVERNO PARCELOU SALÁRIOS

Em 2017, o governo **parcelou os salários dos funcionários municipais mesmo tendo a disponibilidade financeira em caixa.**

O relatório da auditoria do TCE [30/10/2017] nas contas da PMPA **comprova que o prefeito não só deveria – como poderia – ter cumprido a ordem judicial que determinava o pagamento do salário dos servidores na data fixada na Lei Orgânica do Município** – no último dia útil do mês:

Mês	Disponibilidade financeira total	Folha líquida	Saldo líquido após pagar salários
Junho/17	364.233.309,60	74.891.869,25	289.341.440,35
Julho/17	247.480.064,86	74.966.714,56	172.513.350,30
Agosto/17	211.028.218,16	74.966.714,55	136.061.503,61

Fonte: TCE/RS – Informação nº 044/2017 – SPA.

Como evidenciado pelo TCE, o parcelamento dos salários foi uma opção puramente política, que causou transtornos na vida de milhares de servidores, aposentados e pensionistas, e instalou um clima de insegurança e incertezas na cidade.

A REALIDADE FINANCEIRA DA PREFEITURA COMPROVA:

- existe superávit
- os PLs são desnecessários
- o governo tem condições de repor as perdas salariais dos servidores
- o governo causou prejuízos ao Município pagando juros de um empréstimo desnecessário

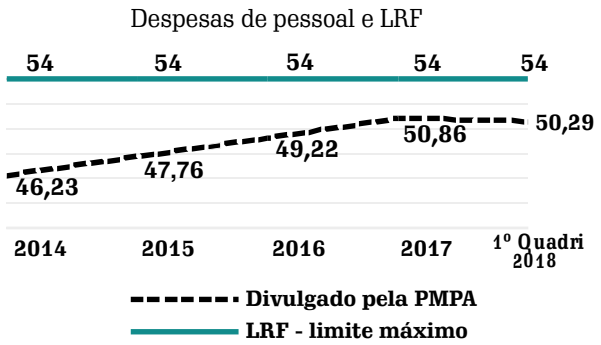
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA PREFEITURA PERMITE REPOSIÇÃO SALARIAL

As despesas de pessoal da PMPA estão bastante abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que corresponde a 54% das receitas correntes líquidas [RCL].

Esta situação favorável é observada desde os governos anteriores, e se mantém na atual Administração, realidade que torna **injustificável tanto a não reposição das perdas salariais como o ataque às carreiras dos funcionários municipais.**

Despesas com Pessoal da PMPA em relação à RCT, segundo a LRF [em %]

Exercício de competência	Divulgado pela PMPA	LRF - limite máximo
2014	46,23	54
2015	47,76	54
2016	49,22	54
2017	50,86	54
2018 [1º Q]	50,29	54



O governo estuda contabilizar os salários da PROCEMPA e dos IMESF como despesas de pessoal, para superar artificialmente o limite da LRF e assim **justificar medidas como a redução de salários, a não reposição de funcionários e a diminuição de serviços.**

O DISCURSO DA CRISE DEPRIME A CIDADE

A Prefeitura de Porto Alegre exibe uma realidade financeira estruturalmente mais favorável que a maioria das cidades brasileiras: superávits sucessivos, despesas com pessoal bem inferiores ao limite da LRF, nível reduzido de endividamento [24,3% da RCL em 2017] e capacidade de acesso a créditos para investimentos.

Apesar desta realidade favorável, o prefeito Marchezan Júnior opta, estranhamente, por um discurso pessimista, que não condiz com a realidade. Este discurso depressivo joga a cidade para baixo, desencoraja os empreendedores, inibe os investimentos e retrai o consumo. **A economia da cidade piora se os fatores de estímulo ao seu desenvolvimento foram abandonados.**

PLS DO GOVERNO MARCHEZAN CRIAM CRISE BRUTAL

A situação das finanças da PMPA comprova a absoluta desnecessidade dos Projetos de Lei que reduzem salários e direitos. Estes projetos causariam enormes prejuízos à economia da cidade, que depende dos setores do comércio e dos serviços. A subtração da massa salarial do funcionalismo do circuito de consumo da cidade aumentariam a recessão e o desemprego na capital gaúcha, principalmente nos setores de comércio e serviço.

ASEAD

RESISTÊNCIA MUNICIPÁRIA
Funcionários da Sede da Secretaria Municipal de Saúde

Carta das entidades ao Grupo RBS

Porto Alegre, 6 de julho de 2018.

Ao Senhor Cláudio Toigo
CEO de Mídias do Grupo RBS

Prezado Senhor Cláudio,

A discussão transparente, plural e equilibrada sobre a real situação das finanças da Prefeitura de Porto Alegre, além de ser um imperativo democrático, é fator que permite à população escolher os melhores caminhos para o futuro da capital gaúcha.

Identificamos, todavia, um desequilíbrio na repercussão das opiniões e análises sobre esta importante questão nos veículos do Grupo RBS – Rádio Gaúcha, RBS TV, Zero Hora e página web.

Na última quinzena, por exemplo, a Zero Hora publicou um editorial e 3 artigos de opiniões de agentes políticos do governo. No jornalismo, preponderou uma cobertura com viés nitidamente favorável às medidas governamentais que tramitam na Câmara de Vereadores, inclusive com matéria sobre iniciativa de entidades empresariais *"em defesa do pacote de projetos do prefeito Nelson Marchezan" que "retiram benefícios dos servidores*".

Em contrapartida, no mesmo período, Zero Hora publicou 1 único artigo com opinião dissonante, de um funcionário municipal.

O funcionalismo de Porto Alegre, que conforma uma comunidade aproximada de 120 mil porto-alegrenses entre funcionários, aposentados e familiares que fazem parte da audiência da RBS, surpreende-se com tal assimetria de tratamento.

As versões que o Executivo municipal propaga na mídia acerca da realidade fiscal e financeira da Prefeitura, deficientes em transparência e consistência, são seriamente questionadas não somente pelos funcionários públicos e diversas categorias profissionais, como também pelos órgãos oficiais de controle e fiscalização.

A história ensina que o monolitismo de pensamento enfraquece a democracia e entrava o crescimento das sociedades humanas.

Em vista destas ponderações, agradeceríamos ser recebidos por Vossa Senhoria para conhecer as diretrizes do Grupo RBS que visam assegurar, nos seus veículos, uma cobertura da discussão sobre o futuro da cidade condizente com os princípios democráticos e republicanos da transparência, da pluralidade e da isenção jornalística.

Contato para agendamento de encontro pode ser efetuado com Sérgio Brum/ASTEC, por intermédio do telefone [51] 3217.2921.

Cordialmente,

ASTA – Associação dos Técnicos Aposentados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

ASTEC – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul

SENGE-RS – Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul

SERGS – Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul

SINDISAÚDE – Sindicato dos profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

“Chamam de rombo, mas é dívida”

Procurador municipal **Edmilson Todeschini**

Presidente do Conselho de Administração do Previmpa

Assegurar a manutenção dos recursos produzidos e economizados pelo trabalho dos servidores da Prefeitura de Porto Alegre tem sido uma preocupação de todos os que dependem ou irão depender da saúde financeira do Departamento Municipal de Previdência, o Previmpa, para manterem um vencimento digno quando deixarem a vida laboral. A necessidade de investir esforços gigantescos em uma luta encarniçada contra o discurso que nomeia como déficit o que é dívida do poder público, que gastou em outras finalidades o dinheiro do qual deveria ter sido fiel depositário; a demanda por inarredável vigilância sobre as ações das diferentes administrações municipais, entre elas a recente proposição de previdência privada complementar, são alguns dos pontos abordados nesta entrevista com o procurador municipal Edmilson Todeschini, presidente do Conselho de Administração do Previmpa, no biênio 2018-2020.

Revista da Astec (RA) – Qual a competência do Conselho de Administração do Previmpa no estabelecimento na política previdenciária municipal?

Edmilson Todeschini (ET) – O Conselho Municipal de Administração Previdenciária é o órgão máximo de deliberação colegiada da autarquia Previmpa. Isso não é uma ideia minha. É o que está literalmente dito na Lei Complementar 478/2002, que assim classifica o Conselho. E, ao classificar o Conselho como órgão máximo de deliberação colegiada, atribui a ele uma série de competências, dentre as quais, a de apreciar os contratos do Previmpa; de controlar e se manifestar sobre os fundos de investimentos da autarquia; e, principalmente, emitir parecer sobre o estabelecimento da política previdenciária municipal. Quanto ao estabelecimento da política previdenciária municipal, temos a registrar que a alteração de qualquer elemento previdenciário deve passar pelo Conselho Municipal de Administração Previdenciária.

RA – Como se dá a composição do Conselho de Administração e a definição da mesa-diretora do Conselho?

Todeschini – O Conselho de Administração é composto por 18 servidores do Poder Executivo, todos de carreira. Desses, nove são eleitos pelos municipários, por voto direto, e nove, indicados pelo governo municipal que conta, ainda, com dois servidores do Legislativo: um, eleito pela base dos servidores do Legislativo de carreira; outro, indicado pela mesa da Câmara Municipal, entre os servidores de carreira. Então, são 20 no total, sendo 10 indicados pelos servidores, dos quais nove são do Executivo e um do Legislativo, e 10 são indicados pelo governo, nove do Executivo e um da mesa-diretora da Câmara. Cada qual dos conselheiros, eleito ou indicado, conta com um suplente. Esses 20 conselheiros elegem uma mesa-diretora, na primeira sessão de posse. Essa mesa-diretora é composta por presidente, vice-presidente e secretário-geral, com mandato de um ano. Na primeira sessão do ano subsequente, deverá ser eleita uma nova mesa-diretora.

RA – É a chamada composição paritária, equilibrada entre o governo e os servidores?

Todeschini – No Conselho, sim, mas, na mesa, ela não segue essa regra. É livre a composição da mesa-diretora do Conselho Previdenciário Municipal.

RA – E como se encontra hoje a composição atual?

Todeschini – Estou na presidência, sou servidor do Poder Executivo, eleito pela grande massa de servidores desse Poder. A vice-presidente Flávia Pereira da Silva, administradora do Previmpa, é indicada pelo prefeito municipal. E o secretário-geral é servidor técnico em informática da Câmara Municipal, Rogério dos Santos Colpes.

RA – Falando sobre o cenário da previdência hoje, quais são os grandes desafios e os grandes projetos para a previdência municipal, neste momento?

Todeschini – A previdência municipal tem grandes desafios. Um dos maiores é preservar e fortalecer o caixa previdenciário do fundo de investimentos. É chamado fundo de capitalização. O que é o fundo de capitalização? Todo servidor que ingressou a partir de setembro de 2001, que foi o mês de instituição da autarquia Previmpa, é inscrito no fundo de capitalização. Ou seja, o dinheiro arrecadado de suas contribuições a cota patronal não vai para pagar os servidores atuais, fica retido em caixa, capitalizando

Divulgação/CarliCom

para, futuramente, pagar a sua aposentadoria. Os servidores que ingressaram anteriormente à criação do Previmpa, antes de setembro de 2001, ficam no sistema de repartição simples, ou seja, as contribuições vão para pagar os atuais aposentados. Temos um fundo que supera R$ 1,8 bilhão – valor significativo. E por que é essencial a preservação desse fundo? Porque os servidores que contribuíram algum dia terão uma idade mais avançada e necessitarão desse dinheiro em caixa para pagar as suas aposentadorias. A preservação desse fundo é a busca do equilíbrio atuarial e é a otimização de resultado da autarquia Previmpa – otimização de resultados tanto na manutenção do equilíbrio financeiro como no respeito à dignidade do servidor beneficiário da previdência municipal.

RA – Esse fundo, essa economia, corre algum risco?

Todeschini – Ela está protegida por lei municipal. Nós esperamos que ninguém tenha a ousadia de querer desviar a finalidade. Se acaso houver uma tentativa de desvio da finalidade, o que teria de ser por lei municipal, nós estaremos prontamente dispostos a barrar qualquer tipo de iniciativa com esse propósito. É muito importante que os municipários estejam sempre atentos a eventuais movimentos que possam ameaçar a reserva do fundo de investimentos.

RA – O governo municipal apresentou recentemente um projeto de previdência complementar para os servidores municipais. Como é que o Conselho de Administração vê o projeto, no contexto de hoje da previdência municipal?

Todeschini – O projeto de previdência complementar não foi decisão do Conselho Municipal de Administração. Trata-se de um projeto que foi rejeitado pelo Conselho. Dos 20 conselheiros, 15 votaram pela rejeição; três votos pela aprovação e duas abstenções. Pois bem, a previdência complementar foi rejeitada por entender-se que ela constitui uma ameaça à finalidade do Previmpa, à finalidade da previdência pública. Trata-se de uma onda nacional de estabelecimento da previdência complementar, que vem sendo implementada no Brasil, que atingirá compulsoriamente os servidores com renda superior a R$ 5.645,80, que ingressarem após a lei instituidora. Ela não atinge os atuais servidores, exceto aqueles que voluntariamente quiserem aderir, e essa adesão seria compulsória para aqueles servidores que ingressarem após a lei instituidora. Ela vem a enfraquecer a previdência pública. Se constitui numa propaganda enganosa quando diz que ela traria benefícios para o servidor e que traria benefícios para a administração. Mas, na verdade, ela não beneficia nem um lado, nem o outro.

RA – Quem ganha e quem perde com a previdência complementar, no caso de implementação desse projeto?

Todeschini – Primeiramente, a adesão à previdência complementar é voluntária para os atuais servidores. Contudo, é um péssimo negócio, não recomendaria a ninguém. Várias pessoas com respeitável conhecimento da ciência, voltados à matemática, ciências contábeis, administração e ciências atuariais já avaliaram a adesão como muito ruim. Portanto, a tendência é de que haja baixíssima adesão dos atuais servidores, mas ela será compulsória para o futuro. A curto e médio prazo ninguém ganha, porque o futuro servidor perderá, uma vez que seus proventos custeados pela previdência pública ficam limitados a R$ 5.645,80. E o município também não ganha nada a curto e médio prazo. Por quê? Porque terá um alto custo operacional, que compreende uma sede, despesas de condomínio, água, luz, telefone, encargos prediais, material de consumo e um quadro de recursos humanos como suporte administrativo para atender as finalidades dessa pessoa jurídica. Projeções atuariais preliminares indicam que a manutenção dessa pessoa jurídica custará, no início, entre R$ 3 milhões e R$ 4 milhões ao ano. Para que haja um equilíbrio nessas contas, o número de adesões precisa ser expressivo. Então, se ninguém aderir imediatamente e os novos passarem a ingressar lentamente, nos primeiros anos, a entidade gestora da previdência complementar dará prejuízo, porque com o aporte de dinheiro com a economia da limitação, o reduzido número de beneficiários e um alto custo opera-

cional, o dinheiro arrecadado não será suficiente sequer para manter a pessoa jurídica. Ela só se tornaria rentável e economicamente viável para o município no médio prazo, após um período de cinco a dez anos. Até então, ela dará prejuízo. No futuro, a vantagem para o município será muito pequena. Também não será vantagem para o servidor amparado pela previdência complementar porque o rendimento será muito baixo e não terá benefício definido. Repito: não terá benefício definido, mas terá uma contribuição definida. O benefício será, o resultado da aplicação financeira após abatido o custo operacional.

RA – Então cria-se uma expectativa?

Todeschini – De alto risco, de baixo retorno, muito baixo retorno. Porque pode-se tomar o exemplo de um servidor que tenha, digamos, R$ 8.645,80 de salário. Desse total, R$ 5.645,80 ficarão na previdência básica e os R$ 3 mil excedentes vão para a previdência complementar. Terá uma vantagem imediata, sim. Qual será a vantagem imediata? Que a cota de contribuição não será 14% sobre o excedente, será de 8,5%. Em contrapartida, a cota patronal incidente sobre aquele valor excedente de R$ 3 mil será de apenas 8,5%. Então, em vez de ter 32% aplicados para capitalizar e pagar benefícios, o servidor terá apenas 17%, e uma parte desse percentual ainda será gasto com o custo operacional. Significa o seguinte: se o servidor contribuir sobre o valor excedente de R$ 3 mil, durante 20 anos, ao final desse período, terá menos ou aproximadamente metade desses R$ 3 mil como benefício complementar.

RA – Então, na verdade, a redução da alíquota vai acabar se constituindo num prejuízo ainda maior para quem aderir à previdência complementar?

Todeschini – Exatamente! Isso porque a vantagem não se dará sobre a base contributiva de R$ 3 mil, nesse caso. O benefício será calculado sobre a conta individual histórica e programada no tempo, com o rendimento que ela der, abatido o custo operacional. Então, haverá uma despesa muito grande para o município. Nos primeiros anos, dará prejuízo para, depois, chegar ao período de equilíbrio e, somente a médio e longo prazo, começar a ter alguma vantagem pecuniária para o município. No entanto, o prejuízo para o servidor é certo, imediato e inevitável! Especialmente, para os servidores novos que terão adesão compulsória. Já para os atuais, que têm a opção facultativa, será um péssimo negócio. A previdência complementar permite, sim, a desistência e o resgate, voltando, o servidor, a ficar apenas com aquela previdência básica. Só que se ele desistir, vai resgatar apenas a sua cota, sem a cota patronal, abatido os custos operacionais. Isso significa que, para o servidor que for filiado compulsoriamente e depois desistir, não vai para a integral, mas vai ficar apenas no básico, o prejuízo será inevitável.

RA – Não existe alternativa para o servidor? Não tem como escapar?

Todeschini – Não. Infelizmente, será um prejuízo muito grande e irrecuperável.

RA – O senhor falou que vários estados já estavam usando essa "moda" da aposentadoria privada complementar, ao longo desta década.

Todeschini – Sim. Nos Estados e na União. Diversos estados brasileiros incrementaram, começando por São Paulo, em 2011. Rio de Janeiro em 2012. Outros, em 2014 ou 2015. Como o benefício tem período mínimo de carência de 60 contribuições ou cinco anos, os primeiros benefícios estão iniciando os pagamentos agora para as adesões mais antigas. Significa que não existe ainda uma experiência histórica para dizer como a previdência complementar vai se comportar em 20, 30, 40 anos. Não tem nenhum fundo com mais de sete anos. E o comportamento só seria mensurável em um período mínimo de 30 anos.

Divulgação/CarliCom

A previdência municipal tem grandes desafios. Um dos maiores é preservar e fortalecer o caixa previdenciário do fundo de investimentos.

O projeto de previdência complementar não foi decisão do Conselho Municipal de Administração. Trata-se de um projeto que foi rejeitado pelo Conselho. Dos 20 conselheiros, 15 votaram pela rejeição; três votos pela aprovação e duas abstenções.

RA – Se ainda não se tem um parâmetro para comparar, por que essa oposição tão forte à previdência complementar privada?

Todeschini – Nada indica e não há como avaliar o comportamento histórico das projeções financeiras – se as metas serão atingidas, se o valor projetado será alcançado. Temos investimentos de risco, sim, porque o investimento vai para o mercado financeiro e o mercado financeiro é instável. O mercado de capitais é instável, portanto, é inegável a probabilidade de quebra desse investimento, com uma descapitalização total do fundo complementar.

RA – O governo lastreia o seu argumento para defender a necessidade da previdência complementar na necessidade de cobrir um rombo na previdência municipal. Esse rombo existe?

Todeschini – Não existe e nunca existiu! Eu falo isso com grande tranquilidade, porque eu estou na Procuradoria do Município há 21 anos. Entrei no ano de 1997 e já no ano subsequente, em 1998, veio a Emenda Constitucional 20 – a grande reforma da previdência. Eu fui designado pela Procuradoria para estudar e trabalhar, juntamente com uma série de colegas, na busca para uma alternativa para a previdência municipal. Não tem rombo, o que tem é uma dívida do município. Essa dívida decorre de todo o período anterior à instituição do Previmpa, quando não havia um fundo municipal para a previdência. A prefeitura, no período anterior a 2001, optou por não formar fundo previdenciário para aposentadoria. Então, o que deveria ter sido designado a título de cota patronal, não foi. Os gestores do município não destinaram um centavo de cota patronal para a constituição de fundo para os servidores que algum dia se aposentariam. Se por ventura o município tivesse aderido ao INSS, teria que pagar a cota patronal para o INSS. A diferença é que agora, em vez de pagar à previdência tem de pagar aos servidores que estão se aposentando e são credores do município. Na verdade, não tem rombo. O município está pagando uma dívida relativa ao período anterior a 2001. Aquilo que se propaga hoje como rombo, ou como déficit, não é déficit. É uma dívida que está sendo paga em razão do município não ter recolhido os valores a um fundo previdenciário, como deveriam ter feito. Sucessivos gestores do município optaram por investir esses recursos na cidade, em saneamento, habitação, pavimentação urbana, saúde, assistência social e todas as demais frentes de atuação do município.

RA – Ou seja, parte dos recursos das aposentadorias dos servidores financiaram a infraestrutura de Porto Alegre?

Todeschini – Sim, a previdência se apropriou desse dinheiro para investir em outras finalidades. Hoje, o município tem que pagar essa dívida.

RA – Corre um discurso na grande mídia e entre defensores da privatização em larga escala de que a previdência complementar é necessária e de que há um rombo nas contas do Previmpa porque há servidores demais e muitos que recebem salários altos demais. Qual a sua posição sobre esses argumentos?

Todeschini – O que chamam de rombo, mas, como eu já disse, é dívida, existe não porque tem servidores demais. A dívida se formou porque não houve a contribuição previdenciária nem a constituição de cota patronal, antes de 2001. O jovem da década de 1960 ou 1970 hoje ou está aposentado ou se aposentando, e encontrou o caixa vazio. Isso porque não foi feita a reserva naquele período, com a formação de um fundo. A prefeitura gastou aquele dinheiro. É a mesma história do déficit da Previdência Social Geral. Décadas de 1960, 1970, tínhamos uma pirâmide social. Por que pirâmide? Porque tinha uma base larga, muitas crianças, e ela ia estreitando até ficar um pico, conforme a faixa etária. As faixas correspondentes aos jovens e aos jovens adultos também eram bem largas. Já na terceira idade, 70 anos, encontrávamos um número bem reduzido de pessoas. Então havia bastante contribuintes e poucos aposentados. Tínhamos três ou quatro contribuintes para cada aposentado. Significa o quê? Sobrava dinheiro e sobrou muito dinheiro no passado. Esse muito dinheiro que sobrou deveria ter sido reservado para aquela grande camada de jovens da década de 1960, que hoje estão com 60, 70 anos . No entanto, desviou-se o dinheiro para outras finalidades. Aquela juventude avançou de faixa etária. Hoje, está aposentada e encontra o caixa vazio. O dinheiro que deveria ter sido preservado da contribuição daqueles jovens da época que hoje são aposentados foi para financiar a construção de Brasília, a Transamazônica, Itaipu e obras do gênero. Então, não tem rombo. Tem um desvio de finalidade e uma dívida da União para o segurado geral. A mesma lógica se reflete no município de Porto Alegre com o Regime Próprio da Previdência Social.

RA – Hoje é hora de devolver esse empréstimo?

Todeschini – Empréstimo tomado compulsoriamente, sem o consentimento do proprietário daquele dinheiro, que é o trabalhador daquela época que estava contribuindo com a previdência para formar caixa para o dia em que precisasse se aposentar. Está na hora de devolver. Tanto a União, com o Regime Geral, como o município, com a previdência municipal, têm dívidas para pagar, dada a não aplicação da verba previdenciária no passado e a não reserva dela para um futuro. O futuro chegou e é hora de cumprirem as suas obrigações previdenciárias.

O servidor público: entre a espada e a extinção

Por Rosângela Lizardo

"Somos servidores públicos e esta onda conservadora pretende a extinção do que somos da essência que define nossa identidade e nosso lugar no mundo."
Marcos Oliveira, municipário

O cenário que vivemos hoje na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) é desolador, um modo de gestão que desqualifica o trabalho, parcela salários, precariza condições de trabalho, fecha serviços, retira direitos, sobrecarrega, não garante segurança nos locais de trabalho e impede o acesso às capacitações.

Desqualificados e isolados das decisões técnicas e de gestão, os servidores são forçados a se adaptarem a um modelo que utiliza como instrumento de gestão, o assédio moral, que traz repercussões nefastas na vida e no trabalho.

A responsabilização dos servidores pela crise tem sido um dos focos para garantir a "modernização da gestão", por meio de reformas à construção de um Estado mínimo, reforçando o estigma de que "funcionário público não trabalha" e é descartável.

A categoria sofre com a falta de ingresso de servidores por meio de concursos públicos, terceirização dos serviços, aumento de aposentadorias e exonerações. Ao ingressar, se depara com uma brutal realidade: o desmonte dos órgãos e ambiente de trabalho adoecido. Decepcionados com a carreira, a conquista do cargo público que era uma vitória, pois oferecia uma relativa estabilidade financeira, já não se mostra tão sedutora.

Qual será o impacto na saúde daqueles que já possuem uma trajetória construída no serviço público e que, identificados com o seu trabalho, permanecem trabalhando?

Este texto busca justamente um espaço de discussão sobre os danos na vida e na saúde mental desses servidores.

O grande número de afastamentos do trabalho por problemas de saúde pode ser a ponta do iceberg. Levantamos a hipótese de que a situação da saúde mental no âmbito da categoria é muito mais grave do que se possa imaginar. A atual organização de trabalho no serviço público tem se mostrado a serviço do desprazer, da depressão e do adoecimento psíquico. No entanto, esses dados muitas vezes ficam escondidos sob licenças médicas justificadas por atestados clínicos. Importante destacar que os danos psíquicos que uma organização de trabalho provoca nos servidores, quase sempre é a causa principal das doenças psicossomáticas.

Outro desafio diz respeito à verdadeira maratona que os servidores necessitam enfrentar para o reconhecimento do nexo do sofrimento psíquico com o trabalho. Quando identificado e atestado dano psíquico e necessidade de afastamento do ambiente estressor, enfrentam situações de assédio moral em função das licenças de saúde. A falta de acolhimento das situações de sofrimento e de uma política de saúde do trabalhador que contemple as situações de risco psíquico está agravando o quadro de saúde dos servidores municipais.

As consequências são nocivas: conflitos em suas vidas, alteração de valores, fragmentação das histórias de vida e de trabalho, desestruturação familiar, etc. A violência moral nas relações de trabalho associada à perversidade dos gestores, instalam a indiferença com o sofrimento do outro. Vale lembrar a estratégia de relegar o servidor a tarefas subalternas ou inúteis, colocando-o na "geladeira" ou removendo-o para outro local de trabalho, interditando o trabalho e a identidade de trabalhador. Numerosas pessoas "congeladas" são destruídas pela vergonha e pela perda de confiança em si mesmas, deprimindo-se.

Relatos de alterações no sono, angústia, taquicardia, ansiedade generalizada, tristeza, somatizações e ideias de morte são descritos como sintomas que sugerem adoecimento psíquico relacionado ao trabalho. Muitos servidores têm receio de falar sobre esses sintomas, desencadeando a intensificação do sofrimento, que sem o acolhimento e tratamento, acabam se transformando em depressões que culminam em suicídio.

Há relatos recentes de pelo menos três casos de suicídio entre servidores públicos. Para Dejours e Bègue (2010), um único caso de suicídio já seria gravíssimo, apontando a profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho. Os autores dizem que o trabalho, enquanto atividade humana, dá sentido à vida, fortalecendo a identidade e a dignidade de trabalhador. E citam Camus: "O que dá razão e sentido ao viver pode constituir-se em razão para morrer".

Diante da centralidade do trabalho na vida do indivíduo e das especificidades do processo de trabalho no serviço público, não podemos hoje analisar os casos de depressão e suicídio somente pelo aspecto individual e psiquiátrico. Devido à complexidade, faz-se necessário agregar aos riscos os fatores sociais, psicológicos, econômicos e culturais.

Em 1986, a Organização Internacional do Trabalho definiu risco psicossocial como a interação entre o conteúdo do trabalho, a sua organização e o seu gerenciamento, com outras condições ambientais e organizacionais, por um lado, e as competências e as necessidades dos trabalhadores de outro.

Mendes e Werlang (2014) apontam que as formas de gerenciamento da organização do trabalho são passíveis de serem identificadas como vetores do adoecimento, da depressão e das tentativas de suicídio.

Barreto e Venco (2011) referem que o trabalho, que tanto estrutura como desestrutura os indivíduos, causa danos e agravos à saúde impondo sofrimento psíquico explicitado em desespero, agonias, desesperança, queda

de rendimento no trabalho, falta de liberdade, desprazer, sentimento de nulidade e inutilidade, ideações suicidas e posterior morte por suicídio.

Na PMPA, não há dados que estabeleçam a relação entre suicídio e trabalho. **A falta de uma política de saúde para os servidores que acolha e identifique os casos de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, tem reforçado a invisibilidade dos graves casos de depressão e de suicídio na categoria.**

Na França, entre 2008 e 2009, surgiram denúncias de casos de suicídio em uma grande empresa de telefonia, que foram muito contundentes para o estabelecimento do nexo entre suicídio e trabalho. Fala-se em 60 funcionários que se suicidaram, alguns diante dos colegas, nos locais de trabalho, deixando mensagens que acusavam os serviços de recursos humanos de aterrorizar os trabalhadores com mudanças que não levavam em conta as competências profissionais.

Hirata (2011) destaca que no Brasil, onde a documentação é dispersa e poucas publicações conhecidas documentam e analisam a questão, sabe-se que tanto em repartições públicas quanto em empresas privadas ocorrem suicídios relacionados com o trabalho, mas, ainda com repercussão bastante limitada, embora haja, nos últimos anos, preocupação explícita sobre a questão na área sindical e de pesquisa. Corroboram Mendes e Werlang (2014), reconhecendo o suicídio como um acontecimento complexo que se dá entre a vida pessoal e coletiva e que a relação deste fenômeno com o trabalho somente contemporaneamente tem sido estudada, porém, ainda de forma incipiente.

Mendes e Werlang (2014) apontam que as práticas administrativas, cada vez mais perversas, empregadas na organização contemporânea do trabalho, podem estar afetando a subjetividade do trabalhador, fornecendo indícios cada vez mais intensos de que é preciso humanização nas relações de trabalho.

Para Dejours (2012), o sofrimento no trabalho começa quando, apesar de seu zelo, o trabalhador não consegue dar conta da tarefa. O prazer, ao contrário, começa quando, graças a seu zelo, o trabalhador consegue inventar soluções convenientes. Prazer e sofrimento no trabalho não são um suplemento de alma, eles são estritamente indissociáveis do trabalho.

Impõe-se a necessidade de visibilizar esses sofrimentos e suicídios, rompendo com a ideia que a divulgação de casos de suicídios estimularia outras tentativas. Precisamos, por meio de espaços de escuta desses servidores, trazer à consciência a necessidade de modificação dos fatores que têm desencadeado o agravamento dos problemas de saúde mental da categoria municipária.

Cyrulnik (2009) diz que o convite à fala ou a obrigação do silêncio, o suporte afetivo ou o desprezo, a ajuda social ou o abandono carregam uma mesma ferida de um significado diferente segundo o modo como as culturas estruturam seus relatos, fazendo um mesmo acontecimento passar da vergonha para o orgulho, da sombra para a luz. Ainda, que o relato é uma reconciliação com a própria história, pois a fabricação de um relato de si preenche o vazio das origens que perturbava nossa identidade.

Sabemos que o cuidado ajuda na construção da **resiliência**[1] e que o abandono e o não reconhecimento, impedem o trabalho de resiliência. O acolhimento afetivo é impulsionador da resiliência.

Repensar as formas de organização do trabalho, romper com o individualismo, dar voz ao sofrimento, formar laços de solidariedade, criar uma política de saúde do servidor, são algumas possibilidades de intervenção para minimizar esses graves problemas enfrentados pelos municipários. Mas, a tarefa mais essencial parece ser discutir com o maior número de servidores as alternativas para esse enfrentamento, acolhendo e oferecendo cuidado, abrindo portas para a intervenção.

"Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história."
Hanna Arendt

REFERÊNCIAS

BARRETO, M.; VENCO, S. Da violência ao suicídio no trabalho. In: BARRETO, Margarida; BERECHEIM NETTO, Nilson; PEREIRA, Lourival Batista. **Do assédio à morte de si**: significados sociais do suicídio no trabalho. São Paulo: Matsunaga, 2011. P.229.

CYRULNIK, B. **Autobiografia de um espantalho:** histórias de resiliência: o retorno à vida. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em Estudo**: v. 17, n. 3, p. 363-371, jul-sep. 2012. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287126284002. Acesso em: 18.06.2018.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e Trabalho:** o que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2010. 128 p.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 15-22, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002. Acesso em: 28.06.2018.

MENDES, J. M. R. e WERLANG, R. Suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. In: MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa. **Atenção à Saúde Mental do Trabalhador**: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

ROSÂNGELA LIZARDO
rolizardo1@gmail.com
Psicóloga aposentada da SMS, CRP 07/03722, Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

[1] Por resiliência entende-se a capacidade de o indivíduo lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas – choque, estresse, algum tipo de evento traumático, etc. – por encontrar soluções estratégicas para enfrentar e superar as adversidades.

Controle de efetividade eletrônico -

aperfeiçoamentos da máquina pública, a partir de um sistema de monitoramento tecnológico, moderno e transparente na Prefeitura Municipal

Por Rita de Cássia Reda Eloy

PALAVRAS-CHAVES

Efetividade; Modernização; Tecnologia; Transparência.

OBJETIVOS

Atender apontamentos do TCE (Tribunal de Contas do Estado); racionalizar o uso de papéis e aperfeiçoar os sistemas manuais, reduzindo custos; dar transparência e acesso a todos às informações.

RESUMO

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinha sofrendo denúncias e reclamações constantes da população, por meio dos canais com a sociedade, pela falta de profissionais de saúde, em especial, nos postos de saúde e hospitais da Rede Municipal de Saúde. Com sucessivos apontamentos, a situação culminou em assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Prefeitura com o Ministério Público/RS, visando efetuar um sistema de controle eficaz de acompanhamento de efetividade para todos os servidores. Para tanto, foram pesquisados um modelo de software e hardware que pudesse ser implantado, bem como efetuado benchmarking na Prefeitura de Canoas, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e na Procempa.

DESENVOLVIMENTO

A implantação do ponto eletrônico (projeto) na Prefeitura foi uma ferramenta pioneira em prefeitura desse porte, para registro de efetividade eletrônica dos servidores, de forma eficaz e efetiva, cujo piloto ocorreu em meados de 2011, na Secretaria Municipal da Saúde e Paço Municipal. A metodologia adotada para acompanhamento do projeto foi a matriz 5W2H (ferramenta administrativa que pode ser utilizada em qualquer empresa a fim de registrar de maneira organizada e planejada como serão efetuadas as ações, assim como por quem, quando, onde, por que, como e quanto irá custar para a organização) e usado o PMBOX Guia, um documento que sistematiza os conceitos e as ferramentas da administração de projetos.

PROJETO

Implantação de um sistema de controle de efetividade eletrônica efetiva, eficaz, acessível, moderna para toda a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

RESULTADOS

Inovação na área pública, pois não se conhece modelo similar adotado e tão bem-sucedido em um órgão público desse porte; Mudança na cultura da organização, na qual gestores assumissem mais seu papel de acompanhamento do trabalho com uma ferramenta adequada; Racionalização do trabalho e economias geradas (antes se assinava o ponto de forma manual em planilhas impressas); Transparência e equidade entre os servidores, pois o ponto eletrônico foi previsto para ser adotado por todos, e não fica mais a mercê de contratos de carga de trabalho não efetivadas ou informais, desobedecendo à legislação.

CONCLUSÃO

O Público mais beneficiado foram os cidadãos de Porto Alegre que podem exercer um maior controle so-

cial, bem como os gestores públicos que passaram a ter uma ferramenta para melhor acompanhamento do trabalho ora realizado.

AGRADECIMENTOS

À secretária municipal de administração, Sônia Vaz Pinto; ao ex-prefeito municipal, José Fortunati; ao secretário da saúde, Carlos Henrique Casartelli e equipe técnica; técnicos e diretor-presidente da Procempa André Imar Kulczynski, Comitê Gestor de 1ª Instância; técnicos do Cedre/SRH/SMA, representados pelos gestores Adm. João Linde e Suzana Reis Coelho e demais parceiros e apoiadores do projeto.

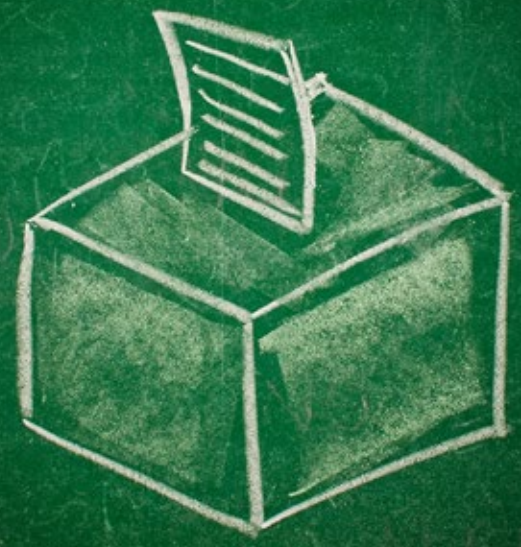
RITA DE CÁSSIA R. ELOY
rita@smf.prefpoa.com.br
Administradora. SMTC. Coord. do Projeto. Matríc. 206523. Espec. em Gestão Estratégica de Pessoas/FGV/Dec. RS. Espec. em Administração (em fase de conclusão). FGV/Dec.

REFERÊNCIAS

PORTO ALEGRE. Decreto nº 17.194, de 11 de agosto de 2011. Institui e regulamenta o sistema de registro eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais das administrações direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial de Porto Alegre {DOPA}**: Porto Alegre, 15 ago. 2011. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2011/1720/17194/ decreto-n-17194-2011-institui-e-regulamenta-o-sistema-de-registro-eletronico-de-efetividade-funcional-dos-servidores-municipais-das-administracoes-diretaautarquica-e-fundacional?q=17194. Acesso em: 12 ago. 2017.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 17.273, de 13 de setembro de 2011. Institui a compensação de carga horária no âmbito das administrações direta, autárquica e fundacional e regulamenta o parágrafo único do art. 38 da lei complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que autoriza a compensação por folga do trabalho realizado além das horas normais estabelecidas para o cargo. **Diário Oficial de Porto Alegre {DOPA}**: Porto Alegre, 15 set. 2011. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2011/1728/17273/decreton-17273-2011-institui-a-compensacao-de-carga-horaria-no-ambito-das-administracoes-direta-autarquica-e-fundacional-e-regulamenta-o-paragrafo-unico-do-art38-da-lei-complementar-n-133-de-31-de-dezembro-de-1985-que-autoriza-a-compensacao-por-folga-do-trabalho-realizado-alem-das-horas-normais-estabelecidaspara-o-cargo?q=17273. Acesso em: 12 ago. 2017.

Vêm aí
Eleições
Astec 2018



PARTICIPE DA SUA ENTIDADE!

Apresente uma chapa para a Diretoria Executiva ou candidate-se ao Conselho Deliberativo.

Fique atento aos prazos que logo serão publicados.

astec

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

Livro andarilho

Por Adriana dos Santos Gomes, Anelise Tolotti Dias Nardino e Rodolfo de Matos Rocho

PALAVRAS-CHAVE
Leitura; Livros; Projeto de leitura.

OBJETIVOS

Promover a cultura; promover o livro; desenvolver o senso crítico, a imaginação e a criatividade; aumentar o vocabulário; estimular o prazer da leitura; estimular as escolas da Rede Municipal de Educação (RME) a desenvolverem projetos similares; permitir o fácil acesso ao livro; disponibilizar livros para a população sem custo; estimular que cidadãos compartilhem os livros guardados em casa.

INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O projeto Livro Andarilho teve início em 2009 e originou-se no conceito de bookcrossing, possibilitando que pessoas encontrem os livros em locais públicos, apreciem sua leitura e tornem a libertá-los para que outros possam fazer o mesmo, multiplicando essa prática encantadora.

Alguns livros são espalhados pela cidade. Antes de libertá-los, eles passaram pelo processo de registro no site BookCrossing Brasil, no qual foi atribuído um número de identificação, BookCrossing Identification (BCID), para cada obra. Com este número é possível acompanhar por quais lugares ele viajou. Também foi acrescentada, a cada obra, uma etiqueta de "Livro Andarilho", com algumas informações sobre o projeto.

Gomes, Adriana dos Santos 2014

Figura 1 – Servidor observando os livros do projeto expostos no saguão da SMED

Rocho, Rodolfo de Matos 2015

Figura 2 – Livros andarilhos na Praça da Alfândega

Rocho, Rodolfo de Matos 2015

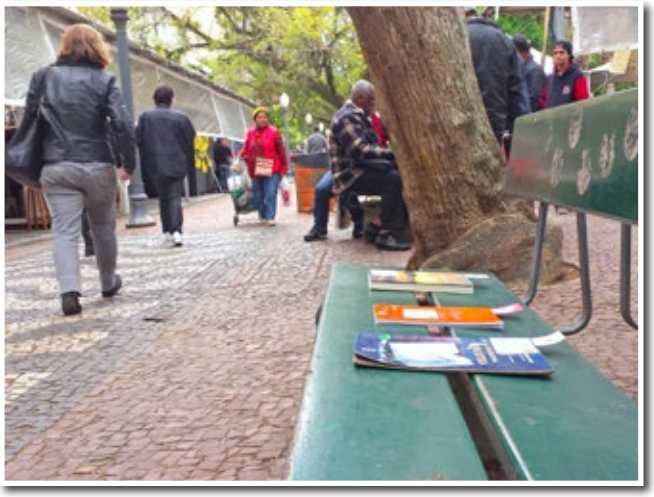


Figura 3 – Livros andarilhos na Praça da Alfândega

Nardino, Anelise Tolotti Dias 2016

Figura 4 – Livros andarilhos descobertos pela população

RESULTADOS

A leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social do indivíduo, auxilia na aprendizagem, aprimora a criatividade, a imaginação e a escrita. Assim, oportuniza-se a leitura para pessoas que não tem possibilidade de comprar um livro, levando a leitura para as mais diversas esferas sociais, democratizando a cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação superou as expectativas da equipe, diante da aceitação do público e do retorno dos resultados. Foi constatado que vários trabalhadores e frequentadores da Praça da Alfândega manifestaram interesse, apanhando os livros disponíveis.

As escolas da RME são estimuladas a realizarem projetos semelhantes em suas regiões, bem como a população é instigada a libertar pela cidade os livros que estão guardados e sem uso nas estantes, sempre visando o estímulo a leitura.

AGRADECIMENTOS

Bibliotecária Adriana Menezes Machado, Professora Ângela Maria Fillman Peñaloza, Bibliotecária Bianca Bischoff de Oliveira, Assistente administrativo Marco Aurélio Rapone, Professora Marta Beatriz da Rosa.

REFERÊNCIAS

BALDON, Willian. **Dia mundial do livro inspira lançamento de projeto**. 2014. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_noticia=168878&DIA+MUNDIAL+DO+LIVRO+INSPIRA+LANCAMENTO+DE+PROJETO>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BOOKCROSSING. **BookCrossing Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.bookcrossing.com.br/home/o-que-e-o-bookcrossing/>. Acesso em: 07 jun. 2017.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARY. **Bookcrossing**. 2014. Disponivel em: <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/bookcrossing>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ADRIANA DOS SANTOS GOMES
adrianagomes@smed.prefpoa.com.br
Bibliotecária. SMED centralizada.
Matrícula 340872.

ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO
anelise.nardino@smed.prefpoa.com.br
Bibliotecária, especialista em Gestão Educacional (SESC). SMED centralizada.
Matrícula 1170961.

RODOLFO DE MATOS ROCHO
rodolfo.rocho@smed.prefpoa.com.br
Bibliotecário. Especialista em Gestão Cultural (SESC). SMED centralizada. Matrícula 792278.

Coinfecção HIV/sífilis na gestação e transmissão vertical do HIV:

um estudo a partir de dados da vigilância epidemiológica

Por Lisiane Morelia Weide Acosta, Tonantzin Ribeiro Gonçalves e Nêmora Tregnago Barcellos

PALAVRAS-CHAVE
Transmissão Vertical; Sífilis; HIV.

OBJETIVO

Estimar a taxa de coinfecção do HIV/sífilis nas gestantes de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, e sua associação com a transmissão vertical do HIV e variáveis socioeconômicas.

INTRODUÇÃO

A literatura mostra que a sífilis é a coinfecção mais prevalente em gestantes portadoras do HIV, podendo, além de eventos vinculados à sua própria morbidade, facilitar a transmissão vertical do HIV. A bibliografia refere estimativas de 10% da coinfecção e com razão de chances para transmissão vertical maior duas vezes. Em Porto Alegre 2% das gestantes tem HIV e 4% sífilis, contudo não se conhece a taxa da coinfecção HIV/sífilis em gestantes. A cidade possui alta incidência de HIV/Aids, e uma taxa de transmissão vertical de 3% no ano de 2012 a 2014.

MÉTODO

Neste estudo transversal retrospectivo analítico foram utilizados dados do sistema de vigilância epidemiológica de gestantes portadoras do HIV e crianças expostas e dados da sífilis na gestação e da sífilis congênita no período de 2010 a 2013.

RESULTADOS

A população do estudo incluiu 1.500 gestantes positivas para HIV com partos no período de 2010 a 2013. Dessas, 155 (10,3%) também eram infectadas por sífilis, correspondendo a uma taxa de coinfecção HIV/sífilis de 10,2% (± 1,5%) como mostra a Tabela 1.

Foi encontrada menor escolaridade no grupo de gestantes coinfectadas, bem como maior prevalência de mulheres negras, como demonstrado na Tabela 2 das características sociodemográficas.

A maior exposição ao HIV relacionada ao uso de drogas pelo parceiro e pela gestante. Gestantes com coinfecção HIV/sífilis tiveram diagnóstico do HIV em momentos mais tardios, como no parto, além de maior prevalência de não realização de pré-natal (44%). Na análise bruta foi identificada associação da transmissão vertical do HIV com a presença de coinfecção HIV/sífilis (razão de prevalência= 2,1; IC 95%: 1,21 a 3,74; P = 0,01), a qual se manteve na análise ajustada como demonstrado na Tabela 3.

RESULTADOS

A população do estudo incluiu 1.500 gestantes positivas para HIV com partos no período de 2010 a 2013. Dessas, 155 (10,3%) também eram infectadas por sífilis, correspondendo a uma taxa de coinfecção HIV/sífilis de 10,2% (± 1,5%) como mostra a Tabela 1. Foi encontrada menor escolaridade no grupo de gestantes coinfectadas, bem como maior prevalência de mulheres negras, como demonstrado na Tabela 2 das características sociodemográficas. A maior exposição ao HIV relacionada ao uso de drogas pelo parceiro e pela gestante. Gestantes com coinfecção HIV/sífilis tiveram diagnóstico do HIV em momentos mais tardios, como no parto, além de maior prevalência de não realização de pré-natal (44%). Na análise bruta foi identificada associação da transmissão vertical do HIV com a presença de coinfecção HIV/sífilis (razão de prevalência= 2,1; IC95%: 1,21 a 3,74; P = 0,01), a qual se manteve na análise ajustada como demostrado na Tabela 3. Conclusão – Um perfil de maior vulnerabilidade foi

Tabela 1 – Distribuição dos casos e taxas de infecção por HIV e de coinfecção HIV/sífilis entre gestantes por ano de parto, Porto Alegre (RS), Brasil, 2010 a 2013

Variável	Total	Gestantes positivas para HIV No. (%)	Gestantes com coinfecção HIV/sífilis No. (%)	*P*
Ano do parto				
2010	320	294 (98,9)	26 (8,1)	0,5
2011	386	343 (88,9)	43 (11,1)	
2012	411	369 (89,8)	42 (10,2)	
2013	383	339 (88,5)	44 (11,5)	
Média (± desvio padrão)		336(± 31,1)	39 (± 8,5)	

Fonte: SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

Tabela 2 – Características sociodemográficas das gestantes HIV positivas sem e com sífilis e partos entre 2010 e 2013, Porto Alegre (RS), Brasil

Variável	Gestante HIV-positiva: Sem sífilis (n = 1 345) No. (%)	Gestante HIV-positiva: Com sífilis (n = 155) No. (%)	Razão de prevalência (IC95%): Bruta	Razão de prevalência (IC95%): Ajustada
Idade (anos)[a]				
Até 24	619 (46,0)	53 (34,2)	1,5 (0,8 a 2,9)	1,3 (0,6 a 2,8)
25 a 34	547 (40,7)	92 (59,4)	2,7 (1,5 a 5,1)	1,7 (0,8 a 3,5)
35 ou mais	179 (13,3)	10 (6,5)	1	1
Média (± DP) (máximo-mínimo)	27 (± 6,4) (12-46)	25 (± 5,4) (14-38)		
P			<0,001	0,217
Raça/cor/etnia[a]				
Parda/outras	147 (11,5)	16 (10,7)	1,3 (0,8 a 2,1)	1,4 (0,7 a 2,6)
Preta	384 (29,6)	70 (46,7)	2,0 (1,5 a 2,7)	1,7 (1,1 a 2,6)
Branca	763 (58,9)	64 (42,7)	1	1
P			<0,001	0,025
Escolaridade (anos)[a]				
Nenhum	33 (2,7)	7 (5,1)	4,2 (1,5 a 11,9)	1,6 (0,3 a 8,4)
1 a 3	69 (5,7)	12 (8,8)	3,6 (1,4 a 9,2)	2,8 (1,0 a 8,6)
4 a 7	622 (51,3)	92 (67,2)	3,1 (1,4 a 7,0)	2,7 (0,9 a 8,5)
8 a 11	350 (28,9)	20 (14,6)	1,3 (0,5 a 3,2)	1,6 (0,3 a 8,4)
12 ou mais	139 (11,5)	6 (4,4)	1	1
P			<0,001	0,005

[a] Ajuste para idade, raça, escolaridade, uso de antirretroviral no parto e infecção da criança.

Fonte: SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

Tabela 3 – Prevalência de casos de gestantes HIV positivas com e sem sífilis com desfechos da exposição da criança ao HIV, Porto Alegre (RS), Brasil, 2010 a 2013

Desfecho (entre crianças com resultados conhecidos)[a]	Desfechos em gestantes HIV-positivas: Sem sífilis (n = 993) No. (%)	Desfechos em gestantes HIV-positivas: Com sífilis (n = 109) No. (%)	Razão de prevalências (IC95%): Bruta	Razão de prevalências (IC95%): Ajustada
Infecção e óbito por HIV	44 (4,4)	11 (10,1)	2,1 (1,2 a 3,7)	1,8 (1,0 a 3,3)
Sem infecção e óbito sem relação com HIV	949 (95,6)	98 (89,9)	1	1
P			<0,01	0,03

[a] Ajuste para idade, raça, escolaridade, uso de ARV no parto e infecção na criança.

Fonte: SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

evidenciado no grupo de gestantes coinfectadas por HIV/sífilis, enfatizando a importância de melhorar o acesso ao atendimento qualificado à saúde para impacto positivo do tratamento na redução da sífilis congênita e na eliminação da transmissão vertical do HIV.

CONCLUSÃO

Um perfil de maior vulnerabilidade foi evidenciado no grupo de gestantes coinfectadas por HIV/sífilis, enfatizando a importância de melhorar o acesso a atendimento qualificado à saúde para impacto positivo do tratamento na redução da sífilis congênita e na eliminação da transmissão vertical do HIV.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela disponibilidade da Bolsa Taxa Capes-Prosup que possibilitou o ingresso da servidora municipal ao doutorado de Saúde Coletiva da Unisinos em 2015/2 e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) pelo financiamento do Projeto Testapoa-TV: Avaliação do Teste Rápido na Atenção Primária em Saúde de Porto Alegre na Transmissão Vertical do HIV que embasou essa análise mais avançada com a coinfecção HIV/Sífilis, sendo ambos apoios importantíssimos na integração ensino/serviço.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Lisiane M.W.; GONÇALVES, Tonantzin R.; BARCELLOS, Nêmora T. **Coinfecção HIV/sífilis na gestação e transmissão vertical do HIV**: um estudo a partir de dados da vigilância epidemiológica. Rev. Panam Salud Publica v. 40, n. 6, p. 435-42, 2016.

LISIANE MORELIA WEIDE ACOSTA
lacosta@sms.prefpoa.com.br
Enfermeira. SMS. Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Matrícula 323928/01.

TONANTZIN RIBEIRO GONÇALVES
tonantzinrg@unisinos.br
Psicóloga. Unisinos.

NÊMORA TREGNAGO BARCELLOS
nemoratb@gmail.com
Médica. Unisinos.

Arborização urbana:

índice de sobrevivência de mudas plantadas em áreas públicas em Porto Alegre

Por Alexandre Panerai Pereira, Aloisio Delazzeri, André Thiago de Souza Lanzer, Eduardo Delgado Olabarriaga, Irineu Pedro Foschiera, Paulo Fialho Meireles, Tiago Bernd, Tiago Neuberger Hastenteufel e Vladimir Stolzenberg Torres

PALAVRAS-CHAVE

Arborização urbana; Manutenção de plantio; Mortalidade de mudas; Plantio de árvores.

RESUMO

Em projeto piloto, analisou-se o índice de sobrevivência de mudas plantadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) na avenida Cristiano Fischer, zona leste de Porto Alegre. Os resultados obtidos indicaram o anelamento e o vandalismo como principais agentes de mortalidade.

INTRODUÇÃO

A arborização urbana possui papel fundamental na manutenção e melhoria da qualidade ambiental das cidades (TORRES e HÜBNER, 2012). Segundo Rossetti, Pelegrino e Tavares (2009), os passeios públicos vinculados a um sistema viário, se constituem em um ambiente de conflito. O vandalismo e a depredação das mudas se tornam explicáveis pelo fato de que parte da população não compreende a delimitação que ocorre entre bem público, comum ou privado. O Plano Diretor de Arborização Urbana (PORTO ALEGRE, 2000), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, se constitui em um conjunto de métodos e medidas, adotados para preservação, manejo e expansão das árvores nas cidades, de acordo com as demandas técnicas e as manifestações de interesse das comunidades locais. Os dados (já defasados) do Plano Diretor de Arborização Urbana (PORTO ALEGRE, 2000) estimavam que Porto Alegre possui-se algo em torno de um milhão e 300 mil árvores somente em vias públicas, justificativa para que a SMAMS dispensasse consideráveis cuidados às árvores de calçadas, canteiros centrais, praças e parques do município. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar de forma quantitativa e qualitativa, as questões relativas ao índice de sobrevivência de mudas plantadas pela SMAMS na avenida Cristiano Fischer, zona leste de Porto Alegre.

MATERIAIS E MÉTODOS

Durante o período 10 anos acompanhou-se o desenvolvimento de 184 mudas desde o plantio em julho de 2007 até setembro de 2017 localizadas na avenida Cristiano Fischer, bairro Jardim do Salso, zona leste da cidade de Porto Alegre. As especificações seguiram as orientações do Plano Diretor de Arborização Urbana do município de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2000). As mudas foram consideradas perdidas quando constatada a sua morte, ou sua ausência (furto?). Foram apontadas também algumas causas que levaram as mudas a secarem.

RESULTADOS

A partir do acompanhamento do desenvolvimento das mudas em cada uma das vistorias, foram obtidos os resultados quantitativos de mudas que sobreviveram. Considerando o universo de 184 mudas, em uma evolução negativa, têm-se que em 2008, 57 haviam morrido, contra 127 ainda vivas. Decorridos dez anos, em 2017, tinha-se 134 mortas contra apenas 50 ainda viventes. Ao longo do período das vistorias observou-se como possíveis causas que provocaram a morte das mudas, sendo que as mais observadas foram devido a anelamento do caule provocado por cortador de grama e vandalismo, respectivamente. Outras causas não foram passíveis de identificação ou não tiveram incidência significativa. Assim, 54,48% das mudas morreram por anelamento; 21,64% por vandalismo e 23,88% por outros motivos passíveis de análises futuras.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

No período de 10 anos de avaliação do presente estudo apenas 27,17% das mudas plantadas sobreviveram. Apesar de todas as particularidades que um ambiente urbano contém, para desenvolvimento da arborização pública, a proporção de sobrevivência de mudas pode ser considerada baixa. Algumas diretrizes e propostas de ações podem ser traçadas no sentido de se reduzir as perdas em plantios de mudas de árvores em áreas urbanas, como a necessidade de constante manutenção, especialmente nos primeiros três anos após o plantio, até atingir o estágio de autonomia. Recomenda-se nesses casos a utilização de recursos como tutores com grande durabilidade, amarração das mudas com abraçadeiras de nylon, e proteção da base da muda com por tubo de PVC 100mm e 20cm, dentre outras possibilidades. Reforça-se a importância de se efetuar manejo sistemático nos primeiros anos após o plantio visto que o desenvolvimento correto nessa fase reduz drasticamente a necessidade de ações de manutenção na fase adulta onde a manutenção da arborização adulta é muito mais complexa e dispendiosa. O investimento maior nessa fase inicial de desenvolvimento das árvores significa enorme redução de custos de manutenção das árvores na fase adulta.

CONCLUSÕES

Verificou-se que em dez anos após o plantio 27,17% das mudas sobreviveram. O maior percentual de mudas mortas ocorreu nos primeiros três anos, contabilizando 65,67% de mortes nesse período, denotando-se que esse é o período mais crítico e é necessário uma manutenção mais intensiva, visto que as perdas nos sete anos subsequentes não foram muito significativas. As principais causas de morte das mudas foram o anelamento e o vandalismo. As demais causas não foram passíveis de identificação, ou foram consideradas como não significativas para o presente estudo.

REFERÊNCIAS

ROSSETI, Adriana N.; PELEGRINO, Paulo R. M.; TAVARES, Armando R. O Espaço Metropolitano na Cidade de São Paulo e a Interface com a Arborização: Aspectos da Transformação Socioeconômica, do Sítio Físico e da Proteção de Vegetais de Porte Arbóreo. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, São Paulo: v. 4, n. 1 p.21-28, 2009.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano Diretor de Arborização Urbana do município de Porto Alegre**. Porto Alegre: SMAM, 2006.

TORRES, Vladimir S.; HÜBNER, Markus. Florestamento e Reflorestamento Urbano: Consolidando Interesses Sociais e a Ecologia. **Revista Maiêutica: tecnologia em gestão ambiental**, Indaial, v. 01, p. 69-78, 2012.

ALEXANDRE PANERAI PEREIRA
panerai@smam.prefpoa.com.br
Eng. Agrônomo. Matrícula 31931.7.
ESARB/SMAMS.

ALOISIO DELAZZERI
aloisio_delazzeri@yahoo.com.br
Tec. em Agropecuária. Matrícula 82457.3.
ESARB/SMAMS.

ANDRÉ THIAGO DE SOUZA LANZER
andre.lanzer@smam.prefpoa.com.br
Biólogo. Matrícula 45581.0.
ECAVS/SMAMS.

EDUARDO DELGADO OLABARRIAGA
olabarriagae@hotmail.com
Biólogo. Matrícula 45581.0.
ECAVS/SMAMS.

IRINEU PEDRO FOSCHIERA
irineu@smam.prefpoa.com.br
Eng. Agrônomo. Matrícula 82343.3.
ESARB/SMAMS.

PAULO FIALHO MEIRELES
paulofm@smam.prefpoa.com.br
Agrônomo. Matrícula 82273.8.
ESARB/SMAMS.

TIAGO BERND
tiagob@smam.prefpoa.com.br
Eng. Agrônomo. Matrícula 106798.2.
ESARB/SMAMS.

TIAGO NEUBERGER HASTENTEUFEL
tiagohast@gmail.com
Assist. Administrativo. Matrícula 107637.0.
DAPPJ/SMAMS.

VLADIMIR STOLZENBERG TORRES
vladimir@smam.prefpoa.com.br
Biólogo. Matrícula 55667.4.
ESARB/SMAMS.

Ambiência externa em saúde:

internação psiquiátrica no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV)

Por Denise Borba Narciso, Karine Damiani e Lauren Ruas Vrech

PALAVRAS-CHAVE
Ambiência; Psiquiatria; Humanização.

Acervo das autoras

Figura 1 – Pintura de bancos

OBJETIVO

A proposta deste trabalho tem por objetivo proporcionar a Ambiência Externa na Atenção em Saúde, onde o espaço físico seja um recurso terapêutico facilitador de relações sociais, profissionais e interpessoais, valorizando elementos do ambiente que interagem com as pessoas (cor, cheiro, som, iluminação, morfologia), e propiciando conforto às pacientes e aos trabalhadores, com vistas a garantir o atendimento humanizado preconizado pela Reforma Psiquiátrica/SUS.

RESUMO

A Internação Psiquiátrica do Hospital Materno Infantil (HMIPV) é uma unidade feminina que atende pacientes com quadros agudos que necessitam, temporariamente, da proteção em um ambiente fechado. O tempo de internação varia de acordo com a necessidade de cada paciente.

A ideia desse projeto surgiu a partir dos relatos de diversas pacientes, sobre o desejo de frequentar um espaço de convívio externo durante a internação e foi amplamente discutido na Unidade, em função do hospital não ter na estrutura, um pátio interno. Dessas discussões, surge a proposta da busca do espaço. Identificou-se o pátio junto ao Serviço de Atendimento Especializado em Hepatites do HMIPV.

Dentre as atividades realizadas no local até o momento está a revitalização desse pátio, que vem sendo construída pela equipe juntamente com as pacientes da Unidade.

Conta-se também, com a ajuda do serviço de manutenção do hospital, onde foi solicitada a limpeza, colocação de bancos, criação de caminhos e espaço para cons-

Acervo das autoras

Figura 2 – Mosaico

Acervo das autoras

Figura 3 – Preparo para o mosaico e limpeza do ambiente

trução de um jardim. As pacientes e a equipe realizaram a pintura dos bancos, jardinagem, confecção de mosaicos em mesa e muretas.

O local tornou-se um espaço terapêutico com a realização de atividades físicas e lúdicas com as pacientes e, também de ensino, onde a equipe assistencial da Unidade de Internação Psiquiátrica (assistente social, enfermeiras, fisioterapeuta, médicos, nutricionista, técnicos/auxiliares de enfermagem, terapeuta ocupacional), estagiários e residentes das diversas áreas atuam de forma integrada na atenção à saúde das pacientes em situação de hospitalização.

RESULTADOS

Possibilidade de saída das pacientes da unidade de internação para um ambiente externo. Revitalização do pátio interno do HMIPV, pelas pacientes e a equipe. Prevenção de agravos à saúde decorrentes da permanência em ambiente fechado. Criação de um espaço terapêutico junto à natureza, estimulando a criatividade e a interação dos atores envolvidos nesse trabalho. A partir da movimentação realizada para ocupação do pátio, surgiu a possibilidade de explorar outros lugares do hospital como o espaço de espiritualidade – que tem sido visitado frequentemente. A realização desse trabalho possibilita a continuidade da assistência humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção desse espaço, busca-se possibilitar a produção de subjetividades, o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo, propiciando contribuições significativas no processo de produção de saúde.

AGRADECIMENTOS

Direção do HMIPV; Serviço de Atendimento Especializado em Hepatites HMIPV-SMS; Serviço de Manutenção HMIPV.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 52 p.

DENISE BORBA NARCISO
denisebn@hmipv.prefpoa.com.br
Terapeuta Ocupacional. Especialização em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde (UFRGS). HMIPV/SMS. Matrícula 349474.

KARINE DAMIANI
karinedami@gmail.com
Fisioterapeuta. Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Fiocruz). SMS-HMIPV. Matrícula 1008803-2.

LAUREN RUAS VRECH
lauren.ruas@hmipv.prefpoa.com.br
Enfermeira. Especialização em Atenção Psicossocial (UFSC). SMS-HMIPV. Matrícula 119443-1.

Dicas de leitura na rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal – abertas ao público

ACERVO TÉCNICO E LITERÁRIO
Consulta e renovações de empréstimos no CATÁLOGO:
http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php
do Sistema Pergamum, gerenciado por bibliotecárias(os)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
Consulta no SISTEMA Legislação Municipal
Porto Alegre/RS: **https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/porto-alegre**

BIBLIOTECA DA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA
Rua Siqueira Campos, 1300 – sala I – 14º andar
Tel: (51) 3289-1019 biblioteca@sma.prefpoa.com.br
Site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p_secao=209

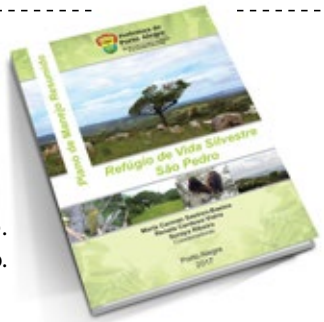
Borges-Andrade, Jairo E.; Silva, Gardênia da; Mourão, Luciana (Org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Bookman, 2006. 576 p.

BIBLIOTECA DA SMED
Rua dos Andradas 680, 4º andar
Tel: (51) 3289-1736 biblioteca@smed.prefpoa.com.br
Site: http://www.bibliotecasmed.wordpress.com

Freire, Paulo; Shor, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 2011. ISBN 9788577531721.

BIBLIOTECA ECOLÓGICA INFANTIL MARIA DINORAH (PARCÃO) – SMAMS
Parque Moinhos de Vento
Tel: (51) 3289-7520 biblioteca@smam.prefpoa.com.br
Site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam

COLASANTI, Marina. **Um amigo para sempre**. São Paulo: FTD, 2017. 47 p. ISBN 9788596010429.



BIBLIOTECA JORN. ROBERTO E. XAVIER – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SUSTENTABILIDADE (SMAMS)
Av. Carlos Gomes, 2120
Tel. (51) 3289-7520 biblioteca@smam.prefpoa.com.br
Site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/

PORTO ALEGRE. Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. **Plano de manejo resumido**: Refúgio de Vida Silvestre São Pedro. Porto Alegre: SMAMS, 2017

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)
Av. Érico Veríssimo, 307 – Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues
Tel. (51) 3289-8099 bibliot@smc.prefpoa.com.br
Blog: http://coordenacaodolivro.blogspot.com.br
Facebook: www.facebook.com/BPMJG

DOSTOIEVSKI, Fiodor; BEZERRA, Paulo. **Os irmãos Karamázov**. 3. edição. São Paulo: Ed. 34, 2017. 2 volumes (Coleção Leste).

Acesse os **canais de mídia** das bibliotecas e participe dos eventos culturais

DATA-BASE 2018

Municipários abrem segundo semestre com grande vitória

Os servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) abriram o segundo semestre de 2018 com uma importante vitória sobre os intensos ataques do prefeito Nelson Marchezan Jr.: o Projeto de Lei Complementar 8/2018 (antigo PL 11/2017) – que propõe alteração dos regimes de dedicação exclusiva (RDE) e de tempo integral (RTI), bem como mudança nas regras de transição e de concessão de avanços – foi derrotado por 22 votos contra apenas seis favoráveis ao PL, durante sessão extraordinária do Legislativo, realizada na noite de 12 de julho. No retorno do recesso parlamentar, a partir de 1º de agosto, serão apreciados o PLCE 07/18 – que institui a previdência complementar obrigatória para os novos servidores e facultativa para os antigos, e tem parecer contrário emitido pelo Conselho de Administração do Previmpa – e o PL que revê o cálculo do IPTU. Apesar da vitória importante no projeto dos regimes, os municipários precisam se manter fortemente mobilizados, para enfrentar o desafio dos PLs que seguem tramitando na Câmara:

PELO 01/2018 (antigo PELO 15/2017) – altera a duração normal de trabalho de 30 horas semanais.

PLCE 03/2018 – altera a data de repasse das contribuições previdenciárias ao Previmpa para o dia 20 do mês subsequente.

PLCE 06/2018 – altera a concessão das pensões.

PLCE 09/2018 – altera disposições do Regime Próprio de Previdência/Aposentadorias.

PELO 07/2017 – extingue a licença-prêmio prevista na Lei Orgânica.

PELO 08/2017 – muda a Lei Orgânica definindo o pagamento de salário para o 5º dia útil do mês seguinte e o 13º para o 5º dia útil de janeiro.

PELO 10/2017 – altera a Lei Orgânica, permitindo PPPs para serviço de saneamento - privatização do DMAE.

Leonardo Contursi/CMPA

Servidores municipais comemoram vitória sobre o PL 8/2018

Violência: Marchezan e Nagelstein mandam atirar bombas em servidores

Fotos Simpa

Portas fechadas impediram acesso dos servidores

Guarda Municipal e Brigada Militar atuaram em conjunto para reprimir servidores

Bombas de gás, cassetetes e confronto com a tropa de choque foi a truculenta recepção preparada pelo governo do prefeito Nelson Marchezan e do presidente da Câmara de Vereadores, Valter Nagelstein, aos municipários que vieram à "Casa do Povo", na tarde de 11 de julho, para exercer seu direito de acompanhar a votação dos projetos de lei do Executivo (PLs). Durante a primeira sessão extraordinária, a segurança da Câmara passou a impedir o acesso dos servidores às galerias do plenário Otávio Rocha. Integrantes da Guarda Municipal atiraram gás de pimenta nos seus colegas municipários. Quando as portas externas da Câmara foram abertas, a polícia de choque entrou e avançou na direção dos servidores que estavam no corredor central, defronte ao plenário, enquanto outros soldados jogavam bombas sobre os que permaneciam no pátio da Câmara. Durante a permanência da Brigada Militar no interior do prédio, um soldado quebrou um dos quadros da galeria de ex-presidentes a golpes de cassetete. Confira o vídeo no site da Astec, em notícia de 11 de julho.

Assembleias Gerais de Municipários: luta na data-base

Em 12 de junho, noite de chuva, a assembleia geral (AG) realizada na Casa do Gaúcho deliberou greve a partir da semana seguinte, no dia 18.

O primeiro resultado da mobilização apareceu logo na manhã do dia 13: o governo recuo, passando a priorizar a votação de projetos que versam sobre arrecadação. Ao final do dia 13, em nova assembleia, os municipários decidiram suspender a greve e retomar o estado de greve, com acompanhamento da tramitação dos PLs, na Câmara.

Fotos Anna De Carli/CarliCom

15/12/17 – AG na sede do Simpa delibera retomada da greve

Mariana Pires/Simpa

18/06/18 – Mobilização no Paço Municipal, pela manhã; AG com suspensão da greve, à tarde

21/12/17 – Astec presente! Servidores aprovam retorno ao estado de greve e intensificar a mobilização

Mariana Pires/Simpa

12/07/18 – Na frente da Câmara Municipal, municipários deliberam greve geral, a partir de 15 de julho

17/05/18 – Data-base 2018: municipários permanecem em estado de greve

17/07/18 – AG decide suspender greve iniciada em 15 de julho, durante o período do recesso parlamentar. Categoria retoma estado de greve

Pauta de Reivindicações dos técnicos de nível superior

A Diretoria Executiva (DE) e o Conselho Deliberativo (CD) da Astec definiram a Pauta de Reivindicações dos técnicos de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre, em reunião conjunta, na noite de 23 de abril, na sede da entidade. Disponível em **www.astecpmpa.com.br**, na **seção Documentos**.

Divulgação/Astec

DE e CD definiram a Pauta de Reivindicações

Servidores da SMS mobilizados contra projetos do Executivo que ameaçam o serviço e os servidores públicos

A Astec, juntamente com a Associação dos Servidores do Hospital de Pronto Socorro e o Simpa, participou de reunião, no dia 4 de junho, para mobilizar os funcionários do HPS no sentido de barrar a votação em regime de urgência dos projetos de lei (PLs) do Executivo. O presidente, eng. civil Sérgio Brum, e o diretor Administrativo, adm. Raul Giacobone, representaram a entidade.

Anna De Carli/CarliCom

Servidores do HPS se mobilizam contra os PLs do Executivo

HUMOR

Grupo de Resistência Municipária entrega documento ao jornal Zero Hora em protesto a editorial que apoia pacote de Marchezan

O grupo Resistência Municipária, da Secretaria da Saúde (SMS), entregou, na noite da terça-feira, 19 de junho, uma carta ao *jornal Zero Hora*, em protesto contra o teor do editorial publicado por ZH naquela data. A carta foi acompanhada do documento "A realidade sobre as finanças de Porto Alegre" (confira matéria da página 6). O jornal se comprometeu a publicar o contraponto.

Divulgação/Astec

Servidores foram recebidos pelo Jornal Zero Hora

Entidades de servidores da PMPA se reúnem com representantes do Grupo RBS

A Astec, juntamente com o Senge-RS, a Asta, o IAB-RS e o SAERGS estiveram reunidos, em 19 de julho, com representantes do Grupo RBS, na sede da empresa. O objetivo do encontro foi registrar a estranheza dos municipários com o desequilíbrio apresentado nas coberturas jornalísticas da RBS sobre os fatos que envolvem a relação entre o governo Marchezan e os servidores da Prefeitura de Porto Alegre. Os representantes do Grupo RBS, jornalistas Marcelo Rech, vice-presidente editorial, Túlio Milman, Rodrigo Müzell e Daniel Scola, foram unânimes em afirmar a disposição da empresa em buscar o equilíbrio nos espaços de jornalismo e em considerar que a situação entre servidores e governo, na PMPA, é complexa.

Divulgação/CarliCom

Entidades foram recebidas pelo Grupo RBS

Diretores e presidente do CD integram Conselho de Administração do Previmpa

Entre os dias 15 e 20 de dezembro, foi eleita a chapa Autonomia Previdenciária para representar os servidores nos conselhos Fiscal e de Administração do Previmpa, no biênio 2018/2019. Foi a maior participação eleitoral em toda a história do Previmpa. O quórum necessário para legitimar a eleição, de 6 mil, foi suplantado pelos 10.333 votantes. Vinte e quatro colegas integraram a chapa, entre eles, os diretores da Astec, adm. Raul Giacobone, Administrativo e de Relações Sindicais, e eng. agron. Irineu Foschiera, Financeiro, juntamente com o téc. em Com. Soc. Adroaldo Corrêa, presidente do Conselho Deliberativo da associação. Em 23 de janeiro, o procurador municipal Edmilson Todeschini foi eleito para presidir o Conselho de Administração (confira a entrevista especial, na página 10 desta edição).

Divulgação/CarliCom

Autonomia Previdenciária

Astec cumprimenta

A Astec cumprimenta as entidades eleitas em 28 de março, para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), entre 21 concorrentes. A partir de agora, CAU, Senge, Saergs, IAB e Sociedade de Economia-RS partilham a responsabilidade de formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano de Porto Alegre.

Astec denuncia

Em 31 de maio, a Astec apresentou denúncia no Ministério Público sobre a nomeação de Júlio Eloi Hofer, pelo governo municipal, para exercer cargo em comissão de Diretor do Departamento de Esgotos Pluviais de Porto Alegre (DEP), no dia 22 de maio de 2018, apesar do Departamento ter sido extinto em 30 de agosto de 2017, por meio da Lei Complementar 817/2017.

Documento comprova: NÃO HÁ DÉFICIT NO PREVIMPA!

O presidente do Conselho de Administração do Previmpa, procurador Edmilson Todeschini, entregou, documento ao sindicato, à Astec e demais entidades representativas dos servidores da PMPA, que desmente dados divulgados pelo prefeito Nelson Marchezan na página do Previmpa, na sede do Simpa, no dia 2 de abril. De acordo com a nota do Conselho de Administração, "a situação fiscal e financeira da Prefeitura de Porto Alegre está longe da catástrofe propagada pelo governo. A íntegra do documento está disponível em www.astecpmpa.com.br.

Anna De Carli/CarliCom

Conselho de Administração do Previmpa comprova: "Não há déficit na Previdência Municipal!"

Astec na Tribuna Popular: "Déficit previdenciário é estratégia do governo para legitimar agenda de desmonte e privatização dos serviços públicos"

A afirmação é do presidente da Astec e diretor do Senge, eng. civil Sérgio Brum, que ocupou a Tribuna Popular da Câmara Municipal, em 30 de abril, véspera do Dia do Trabalho. A verdade sobre as finanças da Prefeitura de Porto Alegre e os ataques do prefeito Marchezan aos direitos dos servidores também integraram a pauta. Na ocasião, os vereadores Sofia Cavedon, Fernanda Melchiona, Dr. Thiago Duarte e Marcelo Sgarbossa se manifestaram em favor dos servidores. Confira a íntegra do pronunciamento, no site da Astec.

Anna De Carli/CarliCom

Eng. civil Sérgio Brum, presidente da Astec, na Tribuna Popular

Debate: previdência complementar, Previmpa e projetos em tramitação na Câmara

A Astec realizou, em 16 de maio, debate sobre a previdência complementar, o Previmpa e os projetos em tramitação na Câmara Municipal, no auditório da SMAMS, tendo como debatedores o presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, o presidente do Conselho de Administração do Previmpa, proc. mun. Edmilson Todeschini, e o diretor do Simpa, Adelto Rohr. Eles falaram aos servidores municipais sobre a situação dos projetos de lei propostos pelo prefeito Marchezan e os prejuízos que esses PLs irão causar aos municipários, caso sejam aprovados. A mediação foi do diretor Financeiro da Astec, eng. agron. Irineu Foschiera.

Fernando Azambuja/CarliCom

Debatedores Adelto Rohr, diretor do Simpa (e), Sérgio Brum, presidente da Astec, e proc. munic. Edmilson Todeschini, presidente do Conselho de Administração do Previmpa; eng. agron. Irineu Foschiera, diretor Financeiro da Astec, mediador

Em Defesa do DMAE Público e de Qualidade

A Astec participou da instalação da Frente Parlamentar em Defesa do DMAE, na tarde de 1º de março, na Câmara Municipal. O presidente, eng. civil Sérgio Brum, e o diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas, eng. civil Adinaldo Fraga, representaram a entidade com o propósito de barrar o PELO 17/2017, de Emenda à Lei Orgânica, que possibilita a concessão do fornecimento do serviço público de água e esgoto da Capital à iniciativa privada.

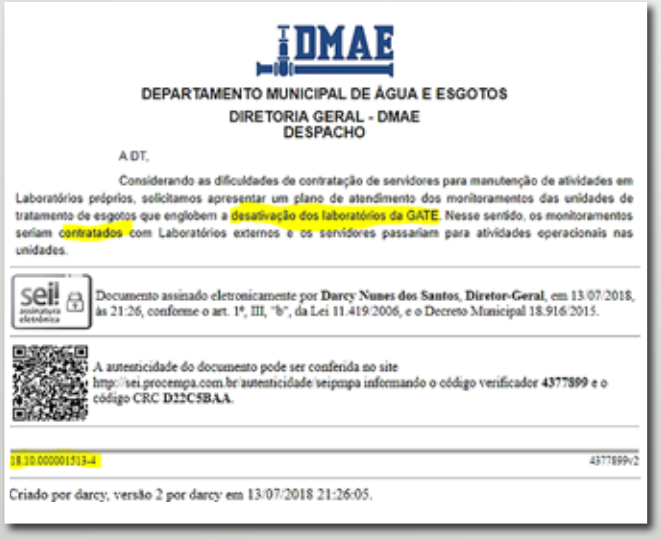
1º de março – Engenheiros civis Sérgio Brum, presidente, e Adinaldo Fraga, diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas da Astec participam da instalação da Frente Parlamentar em Defesa do DMAE

20 e 21 de março – Eng. civil Adinaldo Fraga participa da Semana da Água em Defesa do DMAE Público e de Qualidade, na Câmara Municipal

7 de junho – Em reunião da Frente Parlamentar, eng. civil Adinaldo Fraga avalia a possibilidade de a precarização no abastecimento de água e a redução do tratamento do esgoto atingirem a saúde da população

Fotos Mariana Pires/Simpa

Começou a privatização do DMAE



DMAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS

DIRETORIA GERAL - DMAE

DESPACHO

A DT,

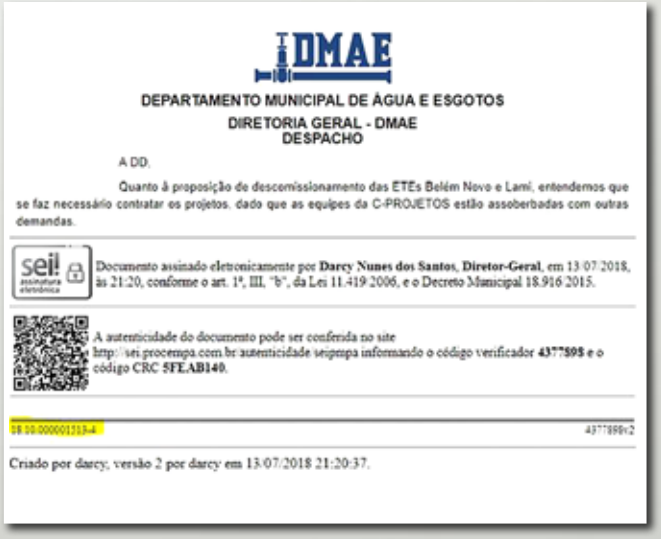
Considerando as dificuldades de contratação de servidores para manutenção de atividades em Laboratórios próprios, solicitamos apresentar um plano de atendimento dos monitoramentos das unidades de tratamento de esgotos que englobem a desativação dos laboratórios da GATE. Nesse sentido, os monitoramentos seriam contratados com Laboratórios externos e os servidores passariam para atividades operacionais nas unidades.

Documento assinado eletronicamente por **Darcy Nunes dos Santos, Diretor-Geral**, em 13/07/2018, às 21:26, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **4377899** e o código CRC **D22C5BAA**.

18.10.0000001513-4 4377899v2

Criado por darcy, versão 2 por darcy em 13/07/2018 21:26:05.



DMAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS

DIRETORIA GERAL - DMAE

DESPACHO

A DD,

Quanto à proposição de descomissionamento das ETEs Belém Novo e Lami, entendemos que se faz necessário contratar os projetos, dado que as equipes da C-PROJETOS estão assoberbadas com outras demandas.

Documento assinado eletronicamente por **Darcy Nunes dos Santos, Diretor-Geral**, em 13/07/2018, às 21:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **4377898** e o código CRC **5FEAB140**.

18.10.0000001513-4 4377898v2

Criado por darcy, versão 2 por darcy em 13/07/2018 21:20:37.

Despachos expedidos pela diretoria-geral do DMAE, datados do dia 13 de julho, comprovam que começou o processo de terceirização no Departamento. Em vez de abrir concurso público para preenchimento das vagas por servidores de quadro, oferecendo um serviço seguro à população, a direção-geral solicita a desativação do laboratório de análises e a contratação de laboratório externo para fazer esses serviços.

O tratamento de água e esgoto de Porto Alegre está em risco!

Astec vence ação judicial e devolve valores de INSS/Unimed aos associados

A Astec passou a devolver, a partir de 13 de junho, aos associados que mantiveram plano de saúde com a Unimed no período de abril de 2011 a outubro de 2015, valores cobrados junto com as mensalidades para pagamento de INSS. Os valores a serem devolvidos, proporcionais às mensalidades cobradas naquele período, corrigidos pela Selic até 30/4/2018, foram restituídos à entidade conforme sentença favorável na ação 5009361-85.2016.4.04.7100 – Juízo Federal da 13ª VF de Porto Alegre, impetrada pela Astec. O total devolvido somou de R$ 81.614,15, proporcionalmente aos valores de mensalidades recolhidas por cada associado.

AG aprova contas 2017 da Astec por unanimidade

Os associados reunidos em assembleia geral ordinária (AGO), na quinta-feira, 28 de junho, na sede da Astec, aprovaram por unanimidade a prestação de contas do ano 2017 da entidade. Antes do início da assembleia, o presidente do Conselho Deliberativo, téc. com. social Adroaldo Corrêa, informou que as contas foram submetidas à apreciação de todos os conselheiros deliberativos e fiscais, tendo sido aprovadas. Por esta razão, os conselhos encaminharam indicativo de aprovação à AGO.

Divulgação/CarliCom

Contas aprovadas por unanimidade

Prêmio Mérito em Administração 2018 – Área Pública

Arquivo pessoal

A Astec indicou ao Prêmio Mérito em Administração 2018, área pública, concedido pelo Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, o associado administrador Paulo Valentim Saldanha Fernandez, CRA-RS 8244, servidor público desde 1994, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Especializado em recursos humanos pela PUCRS, o indicado exerceu diversas funções relevantes ao longo de sua carreira na Prefeitura de Porto Alegre.

Novos Sócios

A Astec saúda os novos sócios e convida todos para participarem das atividades da entidade

- Adm. Lourdes Maria Ritt – SMA
- Adm. Mauricio Silveira Santana – SMA
- Arq. Camila Warpechowski – DEMHAB-SMA
- Arq. Carolina Wallau de Oliveira Kessler – SMA
- Assist. Soc. Cidriana Tereza Parenza – SMS
- Assist. Soc. Daniele Menin Rizzo – Fasc
- Bibl. Karin Kreismann Carteri – SMA
- Biól. Beatriz Regina Duarte Gonçalves – DEMHAB-SMA
- Cir. Dent. Jeferson Miola – SMS
- Eng. Agron. Claudio Roberto Nilson – SMA
- Eng. Alexandre Cavagni – DEMHAB-SMA
- Eng. Civil Alander Ceratti Lopes – DEMHAB-SMA
- Eng. Marta Sirângelo Bauermann – DMAE
- Farm. Carolina Heloisa dos Santos Borowicz – SMS
- Farm. Marialva Almeida Gonçalves – SMS

Astec prestigia posse das conselheiras e Executiva do Comdim

A bibliotecária Carmem von Hoonholtz, da Comissão Cultural, representou a Astec na posse das conselheiras e Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim-POA), no dia 2 de julho, na Casa dos Conselhos, no Centro Histórico. A eleição foi realizada em 26 de junho de 2017, mas a enf. Neusa Heinzelmann, que integra o Coletivo Feminino Plural, somente conseguiu assumir a presidência após mais de um ano de luta, em face de todos os obstáculos apresentados pelo governo do município.

Divulgação/Astec

Carmem von Hoonholtz e Neusa Heinzelmann

Servidores alertam para prejuízos no licenciamento de edificações

O presidente, eng. civil Sérgio Brum, e o diretor Financeiro da Astec, eng. agron. Irineu Foschiera, participaram, em 4 de julho, de reunião com os servidores técnicos e administrativos das secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico (SMDE) e de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS). Eles elaboraram documento sobre o processo de licenciamento urbanístico, o planejamento urbano de Porto Alegre e a ruptura dos dois setores, implementada pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior na lei da reforma administrativa. Também menciona que os servidores desconhecem como o governo pretende reorganizar os serviços e relocalizar os 85 mil expedientes relativos a obras, que hoje permanecem no prédio da Av. Siqueira Campos (antigo Edificapoa), cujo contrato de locação foi rescindido, e os servidores transferidos para o chamado "prédio da SMOV", que se encontra em condições precárias. No dia 13 de julho, o presidente e a vice-presidente da Astec, enf. Lurdes Tura, juntamente com uma comissão de servidores da SMDE, entregaram o documento ao titular da pasta, Leandro de Lemos, que reconheceu a situação precária do chamado "Prédio da SMOV", e revelou que a Prefeitura está buscando recursos para a sua revitalização. Lemos defendeu, ainda, a participação dos servidores no processo de alterações, por meio de um trabalho integrado entre funcionários e os contratados pelo governo para implementar as reformas.

Rita Escobar/CarliCom

Servidores temem prejuízos da falta de planejamento, improvisação de rotinas e mudanças para locais de trabalho inadequados

Divulgação/CarliCom

O presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, entregou o documento elaborado pelos servidores da SMDE ao secretário de Desenvolvimento Econômico, Leandro de Lemos

AÇÃO SOCIAL

Tampinha Legal e Lacre Legal integram convênio firmado entre Astec e Educandário São João Batista

O Termo de Cooperação entre a Astec e o Educandário São João Batista – Escola Especial e Centro de Reabilitação foi firmado, no dia 9 de maio, entre a presidente da entidade assistencial, profª Evelyne Borges Streck, e o presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum. O convênio, que marca o ingresso da Astec no campo das ações sociais, vai recolher tampinhas de garrafas, medicamentos, embalagens de café, maionese e outras confeccionadas em PET e lacres de alumínio. O material será entregue ao Educandário, que irá convertê-lo em recursos a serem aplicados nas despesas decorrentes de suas atividades de atendimento de crianças e adolescentes com deficiências múltiplas. Você está convidado a participar: ligue (51) 3217.2921 e solicite uma embalagem para coletar tampinhas e lacres no seu local de trabalho ou no seu condomínio.

Divulgação/CarliCom

Tampinha Legal e Lacre Legal: Todos podem participar!

Associadas confraternizam em almoço no Dia Internacional da Mulher

Anna De Carli/CarliCom

Confraternização entre mulheres

No dia 8 de março, a Astec promoveu almoço comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, com preços subsidiados, no Restaurante Tirol, um momento de confraternização e uma oportunidade para refletir sobre "a dor e a delícia" de ser mulher. As participantes receberam um mimo: um vasinho com uma cactácea ou uma suculenta, acompanhado de uma marcador de livros feito pela Astec, exclusivamente para o evento. A palestrante convidada, Neusa Heinzelmann, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim) e integrante do Coletivo Feminino Plural, abordou trajetórias de lutas focadas na saúde da mulher e falou sobre o significado do dia 8 de março, as lutas femininas contra os retrocessos e as questões trabalhistas, entre outras. Neusa presenteou a Astec com o livro Face da Violência de Gênero e uma cartilha sobre DSTs.

6º Almoço dos Aposentados é sucesso

Momento de rever os colegas e os amigos, de viver momentos de satisfação e genuína alegria, a 6ª edição do tradicional Almoço dos Aposentados foi realizada em 5 de julho, no Restaurante Panorama, da PUCRS. Como lembrança, os associados participantes receberam um mimo de aço inox escovado: um chaveiro ou um gancho dobrável para pendurar bolsas. Na abertura, o eng. civil Sérgio Brum, presidente da Astec, e o eng. civil Adinaldo Fraga, saudaram os presentes e falaram da importância do Almoço no calendário da entidade na expectativa de que a próxima diretoria mantenha o evento anualmente. Além do bufê do Restaurante Panorama, que dispensa adjetivos, o destaque foi para o sorteio de brindes muito especiais, oferecidos pelo conveniado Juliana Centerclin, um espaço privilegiado para cuidar preventivamente da saúde, em pleno Centro Histórico (confira na página 39).

Anna De Carli/CarliCom

O 6º Almoço dos Aposentados marcou pela alegria do reencontro entre colegas e amigos

pelo mundo

Nesta seção, nossos associados publicam **fotos de suas viagens** pelo mundo afora. Envie as suas fotos para o e-mail:

asteccomunicacao@gmail.com

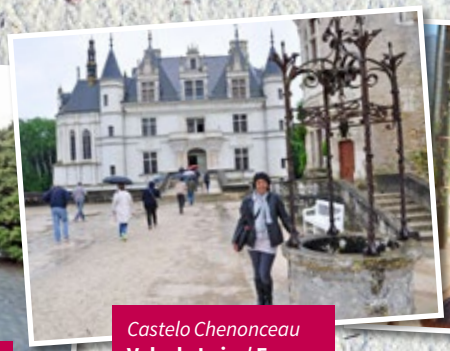
Termas de Itá
Santa Catarina/SC

Cachoeira no Morro da Borrússia
Osório/RS

Maria Fumaça
Bento Gonçalves e Carlos Barbosa/RS

A economista **Marisa Pinho**, aposentada do Demhab e ativista do associativismo, com participação em diversas associações em defesa dos direitos dos munícipários, também aprecia viajar.

Buenos Aires
Porto Madero/Argentina



Castelo Chenonceau
Vale do Loire/ França

Vinícola Lapostolle
Vale Colchagua/Chile

A bióloga **Isabel Junqueira**, aposentada da SMAMS, presidente da Astec de 2013 a 2016, viaja para conhecer lugares interessantes, em companhia do esposo, Guilherme Pinz.

A arquiteta **Sonia Maria dos Santos Castro**, coordenadora de comissão na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SMDE), mostra um pouco de sua viagem à Europa, em 2012.

Gôndolas
Veneza/Itália

Torre Eiffel
Paris/França

Palácio de Buckingham
Londres/Inglaterra

XVII Campeonato Brasileiro de Atletismo Master – João Pessoa – 2014 – Campeã brasileira 800 metros rasos

Arquivo pessoal

XVII Campeonato Sudamericano de Atletismo Master Medellin – Colômbia 2014 – Prova de revezamento 4x400 – Recorde em sul-americanos e somos as atuais recordistas

Sérgio Louruz

Treinamento no horário de almoço

Correndo para inspirar os colegas

A engenheira civil Carla Suzana Britto e Silva ingressou na Prefeitura de Porto Alegre há 16 anos. Na época, era traçado um perfil do candidato e o servidor era destinado à secretaria apontada pelo perfil como de maior afinidade. Assim, ela foi designada para trabalhar no Ginásio Tesourinha, pois o seu perfil apontou afinidade com o esporte. "Naquele tempo, eu nem sonhava em começar a correr", observa ela. Pouco tempo depois, assumiu na SMAM, hoje SMAMS, onde permanece trabalhando no licenciamento ambiental.

O atletismo chegou na sua vida mais tarde, depois dos 40 anos. "Minha mãe tratava Hepatite C, adquirida em um hospital na década de 80, quando recebeu plaquetas contaminadas. Resolvi que faria algo que fosse difícil também; se não tanto quanto suportar um tratamento daqueles, ao menos difícil e impensável para mim", conta a engenheira, que começou a treinar para participar de uma São Silvestre. "Menos de dois meses depois que comecei os treinos, após concluir todo o tratamento, minha mãe faleceu. Mas, assim como ela não desistiu, eu também não. No último dia daquele ano, estava eu em São Paulo, tendo pegado um avião pela primeira vez na vida para participar da corrida de São Silvestre", relata Carla Suzana.

Hoje o esporte é fundamental na vida da engenheira, que encontrou no atletismo o suporte para assimilar a perda da mãe, o alívio para o estresse e o combustível para enfrentar os desafios do cotidiano. As medalhas, que não estavam entre os objetivos quando ela ingressou no esporte de alto rendimento, acabaram chegando naturalmente, "talvez um prêmio pela dedicação e perseverança", brinca ela. Vinda das corridas de rua entre cinco e 42 km, fez a primeira participação em pista de atletismo em 2013, no Campeonato Mundial de Atletismo Master, em Porto Alegre, obtendo medalha de prata no revezamento. A partir daí passei a representar o RS e o Brasil em competições oficiais. O atletismo ficou mais sério, e foram muitas medalhas troféus e, principalmente, amigos pelo mundo afora. São muitas histórias para contar, graças à dedicação de quem utiliza o horário de almoço no meio da jornada de trabalho para treinar, e só folga aos domingos.

Quando corre, o vermelho e o branco estão sempre presentes na roupa, lembrando o misto de amor, paixão e orgulho que a ligam desde o berço ao Sport Club Internacional, onde atuou, por aproximadamente quatro anos, como voluntária. No Projeto Interagir trabalhou com crianças em situação de vulnerabilidade social. "Aprendi mais do que ensinei", garante, acreditando que esse tipo de atividade torna as pessoas melhores.

No ambiente de trabalho, os colegas já se acostumaram, ao longo dos últimos dez anos, a vê-la passar apressada para o intervalo do meio-dia, e todos comemoram as novas medalhas e novos troféus. "Manter os treinos apesar da minha rotina apertada talvez possa inspirar as pessoas a pelo menos fazerem uma caminhada duas ou três vezes por semana", diz Carla Suzana, que acredita passar essa mensagem para os colegas.

Picanha virada
ao molho de pinhão

4 porções

PAULO FIALHO MEIRELES
paulofm@smam.prefpoa.com.br
Engenheiro Agrônomo da SMAMS

INGREDIENTES

- uma peça de picanha 1,2 a 1,4 kg
- um pimentão vermelho
- um pimentão verde
- uma cebola grande
- uma cenoura grande
- 300 gramas de pinhão cozido e descascado
- 100 gramas de cogumelos champignons
- 150 gramas de salame italiano
- 150 de queijo provolone
- 200 gramas de creme de leite
- endro em grão
- alecrim seco
- ramos de tomilho
- manjerona
- pimenta-do-reino
- sal
- azeite de oliva
- pasta de alho
- 300 ml de vinho tinto seco
  (merlot, malbec, bordô, conforme sua preferência)

MODO DE PREPARO

1. Para virar a picanha, primeiramente retire o excesso de gordura deixando em torno de 2 a 3 mm da capa de gordura; unte a picanha com azeite para facilitar; faça uma incisão na parte mais larga da peça, de forma que abra uma boca, e comece a puxar a parte interna para fora ajudando fazendo pequenos cortes com uma faca bem afiada de modo que no final a capa de gordura esteja na parte interna. Tempere com endro e alecrim moídos, pimenta-do-reino e sal – não esqueça de temperar a parte interna da carne. Reserve.
2. Pique a cebola e os pimentões em cubos de mais ou menos 1cm e a cenoura em rodelas não muito finas.
3. Em uma assadeira, coloque um filete de óleo no fundo e arrume os pimentões, a cebola e a cenoura, formando um colchão.
4. Em uma frigideira, aqueça 50 gramas de manteiga e refogue duas colheres de alho em pasta. Nesse refogado, sele a carne em ambos os lados
5. Recheie a carne com o queijo, o salame e os cogumelos, e feche a abertura usando palitos ou barbante. Sobre a carne, em ambos os lados, espalhe o tomilho e a manjerona em folha.
6. Coloque a carne na assadeira sobre as hortaliças picadas, coloque o vinho por cima e cubra a forma com papel alumínio.
7. Preaqueça o forno por 10 a 15 minutos, a 220 graus.
8. Coloque a assadeira no forno e asse por 30 minutos. Após esse período, retire o papel alumínio e, em uma panela, separe aproximadamente dois terços do líquido da assadeira e as hortaliças. Coloque metade dos pinhões inteiros na assadeira e devolva ao forno para assar por mais 15 a 30 minutos, dependendo se quiser a carne bem ou malpassada. Para continuar assando a outra metade dos pinhões, pique em pedaços de um cm e coloque na panela do molho. Reduza este molho por 15 a 20 minutos em fogo brando, cuidando para não grudar no fundo.
9. Despeje o creme de leite e deixe cozinhar por mais 5 a 10 minutos, até atingir o ponto desejado.
10. Tire a carne da assadeira e coloque em um recipiente para servir, cobrindo a carne com o molho de pinhão.
11. Enfeite o prato com os pinhões assados na assadeira e frutas da estação.
12. Acompanha bem uma farofa, batata-doce, arroz e salada verde.

NOVOS CONVÊNIOS

Somente para associados da Astec

Seguro Jurídico

Um novo conceito, o Seguro Jurídico atende consultas, ajuizamento de ações, defesas administrativas, em causas coletivas, em grupos ou individuais. A contratação por R$ 7,00 mensais assegura consultas gratuitas presenciais, por telefone ou e-mail; honorários reduzidos a 15% em ações que envolvam valores e honorários de 50% da tabela da OAB em outras ações.

O Convênio foi firmado em maio, com o escritório Direito Social, que atua em Porto Alegre desde os anos 80, e hoje conta com filial em São Paulo, além de correspondentes em Brasília e no Rio de Janeiro. Com experiência especialmente nas áreas do Direito do Trabalho, saúde do trabalhador, Previdência Social e fundos de pensão, presta assessoria jurídica a entidades associativas comprometidas com os movimentos sociais.

De acordo com o advogado Ricardo Cantalice, um dos oito sócios da banca, o diferencial do Direito Social é ser "um escritório que tem lado, o lado do trabalhador". Foi essa característica que, ao longo da trajetória, o aproximou de entidades, associações e sindicatos, conquistando uma consistente carteira de clientes.

O objetivo do convênio é fortalecer a Astec, sua categoria profissional e assegure atendimento jurídico qualificado a preços mais acessíveis para todas as suas demandas.

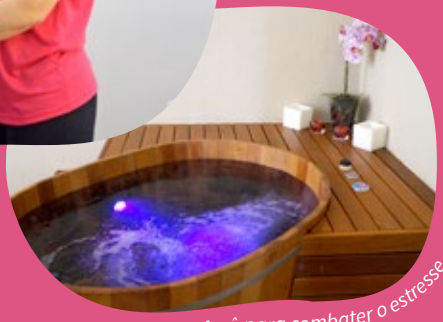
Atendimento jurídico qualificado

Consulte as condições no site **www.astecpmpa.com.br** e informe-se na secretaria da entidade, pelo fone (51) 3217.2921

Ambiente seguro e confortável

Pilates personalizado com aparelhos

Quick massage



Ofurô para combater o estresse

Juliana CenterClin: saúde preventiva

Cuidar do próprio corpo da maneira adequada é muito mais saudável e barato do que tratar os problemas que podem surgir em consequência da correria do dia a dia. Massoterapia, fisioterapia, pilates, ofurô e assessoramento nutricional, com atenção individualizada, estão à disposição dos associados da Astec, em pleno Centro Histórico. As instalações do espaço Juliana CenterClin formam uma ilha de tranquilidade e de autocuidados importantes para a saúde.

Os serviços podem ser agendados unitariamente ou em pacotes e são excelentes opções de presente para quem merece o carinho de ter um momento só seu para se cuidar.

COLEGA, ASSOCIE-SE À ASTEC. JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Rua Barão do Triunfo 419 - Cj. 304 - Porto Alegre - RS
Telefone 3217-2921 Email: atendimento@astecpmpa.com.br
www.astecpmpa.com.br